

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Odara Alexandra Padilha Gomes

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL INFANTO-ADOLESCENTE e o acesso à Educação
Básica no município de Florianópolis: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Florianópolis, 2023

Odara Alexandra Padilha Gomes

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL INFANTO-ADOLESCENTE e o acesso à Educação
Básica no município de Florianópolis: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Helenara Silveira Fagundes.

Florianópolis, 2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Padilha Gomes, Odara Alexandra
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL INFANTO-ADOLESCENTE e o acesso à
Educação Básica no município de Florianópolis: : DESAFIOS E
POSSIBILIDADES / Odara Alexandra Padilha Gomes ;
orientadora, Helenara Silveira Fagundes, 2023.
66 p.

2. Migração Internacional . 3. Educação . 4. Direito da
Criança e do Adolescente. I. Silveira Fagundes, Helenara .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. . III. Título.

Odara Alexandra Padilha Gomes

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Local: Universidade Federal de Santa Catarina, 23 de Junho de 2023.

Profa. Dra. Heloisa Teles

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

Helenara Silveira Fagundes

Data: 04/07/2023 13:19:53-0300

CPF: ***.375.670-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Dra. Helenara Silveira Fagundes

Orientador(a)



Documento assinado digitalmente

Mailiz Garibotti Lusa

Data: 04/07/2023 17:48:24-0300

CPF: ***.819.959-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(a) Dra. Mailiz Garibotti Lusa

Departamento de Serviço Social – UFSC



Documento assinado digitalmente

MILENE REGINA DOS SANTOS

Data: 05/07/2023 14:28:59-0300

CPF: ***.560.199-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Milene Regina dos Santos

Assistente Social

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus e a todos que contribuíram para a conclusão deste trabalho de pesquisa. Sem o apoio e incentivo de vocês, essa conquista não seria possível. Agradeço à minha orientadora Helenara Silveira Fagundes, por sua orientação dedicada e valiosos insights ao longo de todo o processo. Sua orientação especializada e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e meu crescimento acadêmico. Gostaria também de agradecer aos professores do curso de Serviço Social, pela formação sólida e pelos conhecimentos transmitidos ao longo de toda a graduação. Suas aulas e conselhos foram de suma importância para a construção deste trabalho. Não posso deixar de mencionar meus amigos e colegas de turma, que compartilharam comigo os desafios e as alegrias durante essa jornada acadêmica. Sua presença, encorajamento e troca de ideias foram fundamentais para aprimorar minhas reflexões e fortalecer meu desejo de concluir este trabalho. Também sou grato às instituições e pessoas que permitiram o acesso aos recursos necessários para a realização desta pesquisa, bem como minha supervisora de campo de estágio Milene Regina dos Santos, que teve papel fundamental nesse processo de construção profissional, companheirismo e aprendizagem que foi o campo de estágio. Por fim, mas não menos importante, quero expressar minha gratidão à minha família. Seu amor incondicional, apoio constante e incentivo ao longo de toda a minha jornada acadêmica são inestimáveis. E principalmente ao meu marido por todo suporte, amor e companheirismo nessa árdua jornada, obrigado por acreditar em mim e por me inspirar a buscar sempre o melhor. A todos que, de alguma forma, estiveram presentes nesta caminhada, meu sincero agradecimento. Cada palavra de encorajamento, cada conselho e cada gesto de apoio fizeram a diferença. Este trabalho é fruto de um esforço coletivo e estou imensamente grata por fazer parte dessa rede de apoio. Que esta conquista seja apenas o começo de uma jornada de aprendizado contínuo e realizações. Mais uma vez, meu mais profundo agradecimento a todos!

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso foi analisar os obstáculos enfrentados pelas crianças e adolescentes imigrantes ao ingressarem no sistema educacional básico no município de Florianópolis. Os objetivos específicos incluem a caracterização das crianças e adolescentes imigrantes na região de Florianópolis, a identificação das dificuldades que afetam seu acesso à educação básica e a reflexão sobre estratégias que possam contribuir para superar esses obstáculos. Para trazer essa discussão à tona, é importante contextualizar os fluxos migratórios internacionais, especialmente em nível local, além de considerar o tema em conjunto com a estrutura da sociedade capitalista, que intensifica as expressões da questão social quando combinadas a um contexto de precarização das políticas públicas. Através de uma abordagem qualitativa explicativa, a pesquisa teve como objetivo investigar os fenômenos concretos que frustram as tentativas de integração em um novo país e o acesso a direitos básicos, como o direito à educação. As conclusões apontam que as principais dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes imigrantes são as barreiras linguísticas, o preconceito, a xenofobia, o racismo e as dificuldades de comunicação e integração das famílias no ambiente escolar.

Palavras-chave: Migração Internacional. Criança. Adolescente. Direitos. Educação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - International migrants, 1970–2020 - World Migration Report 2022. (Migrantes internacionais, 1970–2020 - Relatório Mundial de Migração 2022.)	15
Figura 2 - Número de registros de migrantes, segundo principais países – Brasil, 2021.	22
Figura 3 - Número de registros de migrantes, segundo os principais municípios, Brasil – 2021..	25
Figura 4 - Principais destinos em SC em 2021, ICOM – 2022.	27
Figura 5 - Faixas etárias dos migrantes residentes na cidade de Florianópolis que solicitaram RNM de 2011 a 2021- ICOM, 2022.	26
Figura 6 - Nacionalidades dos imigrantes cadastrados no Cadastro Único - Florianópolis, 2023.	30
Figura 7 - Faixas etárias dos migrantes cadastrados no Cadastro Único - Florianópolis, 2023.	30
Figura 8 - Número total de crianças e adolescentes imigrantes registrados - Brasil, 2011 a 2021 - Brasil, 2022.	32
Figura 9 - Número de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino - Brasil - 2018 - 2022 - Brasil, 2023.	39
Figura 10 - Matrículas por etapa de ensino em Santa Catarina 2010 -2021 - Ensino Infantil - SC, 2022.	41
Figura 11 - Matrículas por etapa de ensino em Santa Catarina 2010 -2021 - Ensino Fundamental - SC, 2022.	42
Figura 12 - Matrículas por etapa de ensino em Santa Catarina 2010 -2021 - Ensino Médio - SC, 2022.	42
Figura 13 - Imigrantes matriculados em escolas públicas e privadas 2014 a 2021- ICOM, 2022.	46
Figura 14 - Principais nacionalidades por tipo de escola na educação básica - ICOM, 2022...	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Barreira linguística.	48
Gráfico 2 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Barreira linguística.	48
Gráfico 3 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Preconceito.	49
Gráfico 4 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Preconceito.	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS	15
2.1 Movimentos Migratórios no Brasil	18
2.2 Movimentos migratórios em Santa Catarina	25
2.3 Movimentos migratórios no município de Florianópolis	27
3. IMIGRAÇÃO INFANTO-ADOLESCENTE E EDUCAÇÃO	33
3.1 A Política de Educação	36
3.1.1 A Política de Educação no município de Florianópolis	41
3.2 Os desafios para o acesso de crianças e adolescentes imigrantes à educação no município de Florianópolis	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	63
ANEXO A - Questionário para Trabalho de conclusão de curso - Crianças e adolescentes imigrantes.	63

INTRODUÇÃO

Com o intuito de facilitar a compreensão, abordaremos os conceitos fundamentais de imigrantes, migrantes e refugiados, pois essas são noções que podem gerar confusão e não são sinônimas. O termo refugiado refere-se a indivíduos que se encontram fora de seu país de origem devido a um temor legítimo de serem perseguidos com base em sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a um grupo social específico. Além disso, os refugiados também são pessoas que fogem de conflitos armados ou de violações graves dos direitos humanos. Eles são amparados e reconhecidos pelo Direito Internacional, tendo acesso à assistência por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados¹ (ACNUR) e de outras organizações. Esses indivíduos passam por situações tão perigosas e insustentáveis que precisam buscar segurança em outros lugares, uma vez que retornar ao seu país de origem pode ser arriscado.

A diferença entre os termos migrante e imigrante reside na abordagem de referência utilizada para caracterizar os fluxos populacionais. O termo "migrante" possui uma amplitude semântica e engloba qualquer indivíduo que se desloca de um local para outro, tanto dentro de um mesmo país (migração interna) quanto de um país para outro (migração internacional). Essa terminologia abarca tanto aqueles que se deslocam por razões econômicas, sociais, ambientais, culturais ou outras, quanto aqueles que abandonam sua localidade de origem com motivações específicas, como busca de oportunidades de trabalho, estudo, reunificação familiar, entre outras.

Por outro lado, o termo "imigrante" possui um escopo mais delimitado e é utilizado para descrever um indivíduo que chega a um país distinto de sua nação de origem com a intenção de estabelecer-se de forma permanente ou prolongada. O enfoque recai sobre o país de destino, e o termo "imigrante" enfatiza o fato de que o indivíduo está ingressando em uma nova nação e busca a construção de uma residência estável nesse contexto. Além disso, há também aqueles que migram internacionalmente devido a outras formas de privação ou violação de direitos, seja por motivações econômicas, sociais, ambientais ou outros fatores. É importante compreender que os refugiados enfrentam uma situação extremamente grave e

¹ A ACNUR, conhecida como Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados, é uma organização vinculada à ONU dedicada a garantir e proteger os direitos das pessoas que se encontram em situação de refúgio em todo o mundo. Sua missão é trabalhar para oferecer assistência humanitária, proteção legal e soluções duradouras para os refugiados. A agência é supervisionada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

peculiar, enquanto há inúmeras razões que levam pessoas imigrantes a deixarem seus locais de origem.

Em síntese, a diferença central reside no fato de que "migrante" é um termo mais amplo que abarca qualquer pessoa em movimento, enquanto "imigrante" é um termo mais específico utilizado para descrever aqueles que chegam a um novo país com a finalidade de estabelecerem-se de modo duradouro.

O considerável fluxo de migrantes internacionais para o Brasil, especialmente em Santa Catarina, tem gerado debates acerca do contingente populacional e das medidas adotadas pelos gestores das políticas públicas para assegurar-lhes respeito, autonomia e dignidade. Além da busca por melhores condições de vida, a população migrante almeja assumir um papel ativo, encontrar acolhimento e acessar seus direitos fundamentais.

Segundo dados do Observatório das migrações internacionais, durante o período compreendido entre 2011 e 2021, mais de 1,1 milhão de migrantes vindos de mais de 190 países ao redor do mundo escolheram o Brasil como seu novo lar. e em 2021, o número de crianças e adolescentes chegou à cifra de 30% dos imigrantes registrados no país (OBMigra, 2022).

A cidade de Florianópolis (localizada no litoral de Santa Catarina) têm se tornado destino para muitos imigrantes que fogem de desastres ambientais, crises sociais e políticas, e, conseqüentemente, da pobreza. Os motivos pelos quais as pessoas migram de um lugar para outro são diversos: buscam uma melhor qualidade de vida, escapam de conflitos armados ou ameaças à sua integridade física e/ou emocional, bem como de perseguição religiosa, cultural ou política. Nos casos das recentes ondas migratórias provenientes do Haiti e da Venezuela, os motivos, em sua maioria, estão relacionados a fatores climáticos, bem como a crises políticas e econômicas. Uma parcela significativa das famílias imigrantes venezuelanas e haitianas que chegam ao Brasil tem escolhido o município de Florianópolis como refúgio e em busca de oportunidades.

Esses grupos migratórios enfrentam desafios consideráveis em seus países de origem e encontram acolhimento nessa cidade brasileira, sendo importante ressaltar que muitas dessas famílias são compostas por crianças e adolescentes. Esse fator torna o processo de imigração e adaptação ainda mais peculiar. Crianças e adolescentes imigrantes possuem necessidades particulares, o que nos leva a questionar se as políticas e instituições responsáveis por garantir seus direitos estão preparadas para acolhê-los de forma efetiva.

A escolha do tema em destaque foi motivada por razões de natureza pessoal e acadêmica. Para compreendê-lo adequadamente, é necessário contextualizar o despertar do

interesse por esse assunto, que surgiu durante a realização dos estágios curriculares obrigatórios I, II e III do curso de graduação em Serviço Social no Centro de Educação Popular (CEDEP). Esse centro promove um projeto de convivência e fortalecimento de vínculos voltado para crianças de 5 a 15 anos no bairro Monte Cristo, localizado no município de Florianópolis. Durante essa experiência, tive a oportunidade de interagir com crianças e adolescentes imigrantes.

Além disso, estabeleceu a conexão com a temática por meio do envolvimento pessoal em um projeto voluntário de assistência conhecido como Amor em Ação. Esse projeto é desenvolvido pela instituição Associação Comunitária Amigos de Jesus (ACAJE), que também coordena o serviço de acolhimento institucional Casa Lar Semente Viva e o Projeto de convivência e fortalecimento de vínculos Impacto Vivo. O Projeto Amor em Ação oferece apoio assistencial no campo da segurança alimentar e realiza um trabalho socioeducativo em serviço social com famílias em situação de vulnerabilidade social em diversos municípios da Grande Florianópolis. A participação no projeto oportunizou o contato com famílias imigrantes, principalmente provenientes do Haiti, Venezuela e Argentina.

No que tange aspectos metodológicos de acordo com Minayo (1994), entendemos a pesquisa como uma atividade fundamental da ciência na sua indagação e construção da realidade. Ela tem o papel de nutrir o ensino e a atualizar à realidade do mundo, vinculando pensamento e ação. Entendemos que nada pode ser intelectualmente um problema se antes não tiver sido um problema no âmbito da realidade prática. A partir disso observamos a importância da investigação como ferramenta básica da pesquisa:

As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais. (MINAYO, 1994, p.16).

Partindo deste entendimento, esta pesquisa utilizará de uma abordagem de pesquisa qualitativa, que consiste através de descrições, interpretações e comparações, buscar entender os fenômenos complexos e específicos com determinada profundidade de natureza social e cultural, além de ter um caráter mais participativo. (FONTELLES; SIMÕES; FARIAS; FONTELLES, 2009). Optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados uma pesquisa de campo. Conforme definido

por Vergara (2019), a pesquisa de campo é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno, ou onde existem elementos para explicá-lo (VERGARA, 2019, p.23)

Foram executadas entrevistas com famílias vinculadas à Instituições de proteção social e ONGs que atendem usuários imigrantes no município de Florianópolis, como CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e ACAJE (Associação Comunitária Amigos de Jesus). Foram realizadas 17 entrevistas com famílias imigrantes de origem venezuelana e haitiana que contém em sua composição crianças e adolescentes de idades entre 3 e 18 anos residentes ou domiciliados na cidade de Florianópolis que acessam o sistema educacional do município.

As entrevistas com as famílias foram guiadas por um questionário online com questões semiestruturadas, tornando possível que os/as respondentes pudessem discorrer sobre as questões, quando houvesse interesse. Junto à fala dos usuários, foi feita a coleta de informações e dados obtidos através de documentos públicos, e fontes estatísticas produzidas pelas instituições, acerca da característica da população.

O objetivo central deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar os desafios enfrentados por crianças e adolescentes imigrantes ao ingressarem no sistema educacional básico no município de Florianópolis, caracterizar as crianças e adolescentes imigrantes na região em questão, compreender as dificuldades do acesso à educação no município, e identificar estratégias que possam contribuir no acesso de crianças e adolescentes imigrantes a educação de qualidade no município. Portanto, a análise dos dados será sistemática e subsidiada com as relações existentes entre esta e a revisão bibliográfica.

Após a obtenção dos dados, foi possível avaliar as condições que contribuíram para a obtenção de respostas relacionadas aos objetivos deste estudo, observando tanto aspectos comuns quanto peculiaridades devido à diversidade de opiniões. Conforme aponta Gomes (2009, p. 79), a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo com características semelhantes geralmente apresenta muitos pontos em comum, mas também revela singularidades resultantes da trajetória individual de cada participante.

A escolha da metodologia considerou a viabilidade de coletar dados empíricos no campo social. Por fim, a análise dos dados coletados baseou-se na compreensão manifestada pelos participantes em relação às questões abordadas, e a interpretação desses dados requer

uma compreensão à luz do referencial teórico. A busca pela compreensão é essencial para entender as contradições presentes.

2. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORÂNEOS

Os movimentos migratórios internacionais são fenômenos que embora estejam presentes há muitos séculos na história, têm sua eclosão a partir do momento em que os processos de mundialização do capital e globalização se efetivam na sociedade. Embora a globalização ofereça novas oportunidades e perspectivas para os imigrantes, ela também apresenta limitações e desigualdades. A globalização é guiada pelas regras do liberalismo econômico, sendo caracterizada pela integração econômica global e pela eliminação gradual de barreiras comerciais e de investimento entre as nações.

No entanto, as premissas mitológicas da globalização, de promoção de integração econômica, investimentos, desenvolvimento e a supressão de barreiras, não se aplicam de maneira equivalente à migração internacional, especialmente quando se trata dos imigrantes. As restrições para a entrada de trabalhadores imigrantes continuam em vigor, enquanto o capital e o comércio fluem livremente. As desigualdades socioeconômicas entre os países aumentam a necessidade de imigração, mas a globalização não oferece soluções igualitárias para lidar com tal problema e grande parte das vezes acaba os acentuando, o que gera mais desigualdades. Muitos países continuam a crescer pouco ou nada, enquanto as disparidades entre ricos e pobres se aprofundam. Conforme afirmado por Martine:

Em suma, os padrões da migração internacional refletem tanto as desigualdades entre países como as mudanças econômicas e sociais que ocorrem em diferentes países. No atual momento histórico, exceto no caso dos conflitos armados e dos desastres naturais, a globalização é o principal fator que ativa os movimentos migratórios entre países e determina seus contornos (MARTINE, 2005, p. 8).

De acordo com Pinto (2014), a globalização trouxe consigo um aumento dos deslocamentos e dos deslocados, em um cenário internacional marcado por conflitos, guerras civis, perseguições raciais, ideologias políticas que violam os Direitos Humanos e o crescente número de grupos que necessitam de ajuda humanitária internacional. As pessoas que se deslocam enfrentam diversas dificuldades, incluindo violência, ameaças, exploração sexual (especialmente crianças e mulheres) e o tráfico humano (2014, p.4).

É importante destacar que a Segunda Guerra Mundial teve um papel significativo nos movimentos migratórios internacionais, bem como na definição do tema dos refugiados, já que mais de 40 milhões de europeus foram deslocados durante a guerra. Embora a Primeira Guerra Mundial também tenha sido responsável por um grande número de refugiados e

apátridas². Na década de 1960, a descolonização da África e Ásia gerou novos fluxos de refugiados, e nas décadas de 1970 e 1980, houve mais de 2 milhões de deslocados na América Latina devido aos regimes ditatoriais que causaram conflitos armados (PINTO, 2014 p. 211).

Nos últimos 50 anos, a sociedade testemunhou um aumento significativo nos movimentos migratórios. Diversos fatores têm impulsionado esses movimentos, como conflitos armados, crises econômicas, desastres naturais e perseguições políticas e religiosas. Com esse aumento significativo o tema de migrações internacionais tem tido cada vez mais visibilidade no que diz respeito a debates e discussões.

Segundo o relatório World Migration Report 2022, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), até o final do ano de 2020 aproximadamente 281 milhões de pessoas no mundo eram migrantes internacionais, o que corresponde a 3,6% da população mundial (26,4 milhões desse total, eram refugiados que tiveram de fugir de seus países), cerca de 128 milhões a mais do que 30 anos antes, em 1990 (153 milhões) e mais de três vezes o número estimado em 1970 (84 milhões). Como pode-se observar no quadro abaixo, a proporção de migrantes internacionais em relação à população global total também aumentou, mas apenas incrementalmente, ou seja de forma gradual.

Figura 1 - International migrants, 1970–2020 - World Migration Report 2022. (Migrantes internacionais, 1970–2020 - Relatório Mundial de Migração 2022.)³

Year	Number of international migrants	Migrants as a % of the world's population
1970	84 460 125	2.3
1975	90 368 010	2.2
1980	101 983 149	2.3
1985	113 206 691	2.3
1990	152 986 157	2.9
1995	161 289 976	2.8
2000	173 230 585	2.8
2005	191 446 828	2.9
2010	220 983 187	3.2
2015	247 958 644	3.4
2020	280 598 105	3.6

Fonte: OIM, 2022.

A Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) é responsável por produzir estimativas do número de migrantes internacionais em todo o mundo. Esta discussão é fundamentada em estimativas que se

² Segundo o artigo 1o da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, o termo apátrida designa toda pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional. (ONU, 1954)

³ Tradução livre da autora

baseiam em dados fornecidos pelos Estados. As atuais Recomendações das Nações Unidas sobre Estatísticas de Migração Internacional definem "migrante internacional" como qualquer pessoa que mudou de país de residência usual, distinguindo entre "migrantes de curta duração" (aqueles que mudaram seus países de residência usual por pelo menos três meses, mas menos de um ano) e "migrantes de longa duração" (aqueles que o fizeram por pelo menos um ano).

O impacto da COVID-19 na população global de migrantes internacionais é um tanto difícil de avaliar, uma das razões é porque os dados mais recentes disponíveis são de meados de 2020, bastante no início da pandemia. No entanto, segundo o relatório, estima-se que a COVID-19 possa ter reduzido o crescimento do número de migrantes internacionais em cerca de dois milhões. Em outras palavras, se não fosse a COVID-19, o número de migrantes internacionais em 2020 seria provavelmente de cerca de 283 milhões.

Ainda de acordo com o relatório, os principais países de destino de deslocamento dessa população, atualmente, tem sido: Estados Unidos, Alemanha, Arábia Saudita, Rússia e Reino Unido, Índia, México, China e Rússia, são os países de origem da maior parte dessa população.

Uma das maiores crises migratórias dos últimos anos ocorreu na Síria, que teve início em 2011. Desde então, milhões de sírios fugiram do país em busca de segurança e proteção. Segundo um relatório elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o ano de 2021 mais de 6,6 milhões de sírios cruzaram as fronteiras do país, em busca de abrigo em diversos países pelo mundo e se encontram em situação de refúgio. (ACNUR, 2021).

Além disso, a América Latina também tem experimentado uma variedade de movimentos imigratórios que refletem a complexidade da região e são resultantes das dinâmicas globais de migração e impacto do capital. Na América Central, muitas pessoas têm fugido da violência e da instabilidade política em seus países de origem, como Haiti, Honduras, El Salvador e Guatemala. Desde o terremoto de 2010, o Haiti tem sido um país em crise, o que tem levado muitos haitianos a buscar refúgio em outros países da região. Os principais destinos dos haitianos têm sido República Dominicana, Chile, Brasil e México.

Já na América do Sul, o cenário geopolítico de instabilidade na Venezuela tem levado muitos venezuelanos a buscar refúgio em outros países da região. Desde 2015, a Venezuela tem passado por uma profunda tensão política, econômica e social, o que tem levado milhões de venezuelanos a deixar o país (Lima, 2018). Os principais destinos dos venezuelanos têm

sido Colômbia, Peru, Equador, Chile e Brasil. A pandemia da COVID-19⁴ teve um efeito significativo nos movimentos migratórios na América Latina, afetando tanto os imigrantes quanto os países de destino e origem. O impacto econômico da pandemia e as restrições de viagem impostas pelos governos trouxeram sequelas que interferiram diretamente nas necessidades dos imigrantes, destacando a necessidade de políticas que protejam os direitos dos imigrantes e garanta sua segurança e bem-estar durante crises globais.

Apesar de os países do norte global⁵ possuírem, em grande medida, os melhores indicadores socioeconômicos, o que muitas vezes os torna atraentes para migrantes, as possibilidades de ingresso e permanência nesses lugares têm sido cada vez mais restritas. Isso se deve, em parte, às legislações mais rigorosas nos países de destino e de trânsito, que dificultam o processo de entrada e regularização de não-nacionais. Aqueles que conseguem estabelecer-se em um novo país enfrentam cada vez mais o racismo e a xenofobia⁶, que se somam aos desafios de se adaptar a uma nova vida no exterior. Diante dessas dificuldades, muitos migrantes têm optado por redirecionar seus planos e migrar para países em desenvolvimento, que podem oferecer oportunidades de emprego e possuem legislações migratórias menos restritivas. O bom desempenho econômico de países como Índia, Arábia Saudita, África do Sul e Brasil no início deste século tem contribuído para a geração de emprego e para a incorporação de um expressivo contingente de migrantes na força produtiva do mercado de trabalho.

2. 1 Movimentos Migratórios no Brasil

Os fluxos migratórios internacionais no Brasil têm sido objeto de estudo em diversas pesquisas científicas, especialmente nas últimas décadas. Ao longo de sua história, esses fluxos migratórios foram influenciados por fatores econômicos, políticos e sociais, e tiveram impacto significativo na formação da sociedade brasileira e na construção da identidade

⁴ Em pesquisa nacional realizada Pontifícia da Universidade Católica de Minas Gerais e o Observatório das Migrações em São Paulo sobre os impactos da pandemia do novo Coronavírus para refugiados e migrantes, o professor Fernandes, um dos coordenadores do estudo, apresenta os seguintes dados: “Antes da chegada da Covid-19, cerca de 40% dos imigrantes relatava não estar trabalhando, número que subiu para cerca de 65%, de acordo com os resultados preliminares” (FERNANDES, 2020, s.p.).

⁵ O termo "Norte global" é frequentemente utilizado em estudos pós-coloniais, transnacionais e altermundialistas para se referir aos países desenvolvidos que detêm histórica e "cumulativamente" o poder e a riqueza.

⁶ A xenofobia, fenômeno social presente ao longo da história, tem ganhado destaque nos últimos anos em diversas partes do mundo. Embora a xenofobia possa ser considerada, no conceito psicológico, como um medo irracional do diferente e do desconhecido, sua aplicação mais comum é no sentido social, caracterizado pelo preconceito, aversão e discriminação contra pessoas de diferentes culturas, etnias ou nacionalidades. A palavra xenofobia é de origem grega: xenós (estranho) e phóbos (medo) (BRASILESCOLA, 2022).

nacional. A história dos fluxos migratórios no Brasil remonta aos tempos coloniais, quando o país sofreu o processo de colonização pela coroa portuguesa, e em conjunto recebeu a chegada forçada de milhões de africanos escravizados, denominada diáspora africana⁷.

Marquese afirma que:

O volume do tráfico transatlântico de escravos para a América portuguesa, que já era o maior do Novo Mundo, duplicou na primeira metade do Setecentos. Entre 1701 e 1720, desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 292 mil africanos escravizados, em sua maioria destinados às minas de ouro. Entre 1720 e 1741, novo aumento: 312,4 mil indivíduos. Nas duas décadas seguintes, o tráfico atingiu seu pico máximo: 354 mil africanos escravizados foram introduzidos na América portuguesa entre 1741 e 1760. (MARQUESE, 2006, p. 114).

De acordo com o autor, guardadas as devidas proporções conjunturais e as imprecisões dos dados demográficos disponíveis, "[...] a população colonial brasileira no início do século XIX era de 28% de brancos, 27,8% de negros e mulatos⁸ livres, 38,5% de negros e mulatos escravizados, 5,7% de índios" (2006, p. 118). Desde então, o país recebeu diferentes grupos de migrantes, incluindo europeus, asiáticos, africanos e latino-americanos.

Logo após a abolição da escravatura, as imigrações estavam relacionadas a políticas de embranquecimento populacional, "alguns setores da sociedade, como parte do Congresso Nacional acreditavam que o país precisava se livrar das influências africanas, e para tanto buscou a homogeneização de sua população, abrindo as portas para os emigrantes europeus." (FILHO, 2010, p. 21). Nesse sentido, ao final do século XIX e início do século XX, o Brasil recebeu muitos imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e espanhóis.

No início da década de 1910, o Brasil começou a receber alguns imigrantes vindos do Japão. Alguns anos após a chegada dos primeiros grupos de imigrantes japoneses ao Brasil, o governo brasileiro em parceria com o governo japonês, iniciou um programa de imigração japonesa, visando trazer trabalhadores para a agricultura. Tal programa subsidiava a fundação de colônias japonesas no estado de São Paulo, local onde estas famílias desembarcavam e

⁷ A palavra diáspora foi utilizada no Antigo Testamento originalmente para indicar a dispersão do povo judeu de Israel para o mundo. Atualmente, aplica-se o mesmo vocábulo, por analogia à condição judaica a outros movimentos como o movimento dos povos africanos e afrodescendentes no interior ou fora do continente africano. "A diáspora traz em si a ideia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais." (SANTOS, 2008, p.81).

⁸ A palavra "mulato" é um termo histórico usado para descrever pessoas de ascendência mista, geralmente africana e europeia. No entanto, esse termo é considerado ofensivo devido à sua associação com a discriminação racial e a hierarquia racial. É mais apropriado usar terminologias inclusivas e respeitosas, como "pessoa de ascendência africana e europeia" ou "pessoa mestiça", para se referir a indivíduos com essa origem racial.

eram encaminhadas para as fazendas de café do interior do Estado. A partir disso, em 1928, é fundada a BRATAC (Sociedade Colonizadora do Brasil LTDA).

Dezem (2008), explica que esta era "[...] a entidade central unificadora das colônias japonesas no país em fase de formação. Além disso, a BRATAC era a responsável por recrutar e enviar para o Brasil colonos proprietários" (p.14). Esse programa trouxe cerca de 200 mil imigrantes japoneses para o Brasil, que se estabeleceram principalmente nos estados de São Paulo e Paraná. A partir da década de 1970, o Brasil começou a receber muitos imigrantes da América Latina, especialmente do Paraguai, Bolívia e Peru, que buscavam melhores condições de vida e trabalho. Nos anos 2000, o país se tornou um destino para migrantes africanos e haitianos, que fugiam de conflitos e crises econômicas em seus países de origem.

Nesse contexto, de acordo com Pinto (2014), nota-se que historicamente o Brasil tem por característica a hospitalidade no que diz respeito à migração internacional através da abertura de fronteiras, o que se perpetua até os dias atuais. Os movimentos migratórios internacionais contemporâneos no Brasil representam um grande desafio, pois é de suma importância garantir que essa população imigrante receba a proteção e assistência necessárias. Dessa forma a autora afirma:

Nota-se que a adoção de ações, estratégias e políticas públicas voltadas ao acolhimento e a integração local dos solicitantes de refúgio e aos refugiados é questão primordial a ser abordada pela União, Estados e Municípios, para que haja de fato a proteção e não a violação de direitos destes grupos de vulneráveis. (PINTO, 2014, p. 227).

Contudo, a questão da migração internacional e dos refugiados ganhou maior relevância no cenário nacional com o retorno da democracia, juntamente com o advento da Constituição Federal de 1988, uma vez que o artigo 4º prevê a prevalência dos direitos humanos como princípio norteador das relações internacionais do Brasil. Assim, a tarefa do país naquele momento histórico era construir a imagem de uma nação que valoriza a ajuda humanitária e a globalização dos direitos humanos, sendo assim vista pela comunidade internacional com outros olhos.

Na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, a questão dos direitos humanos ganhou destaque tanto na política externa quanto na política interna, e em 1996 foi lançado o Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos. O governo solicitou ao ACNUR uma agenda de refugiados para servir de incentivo à elaboração de legislação específica que trate da questão dos refugiados e solicitantes de asilo. Concluído

o projeto de lei sobre refugiados, ele foi encaminhado ao Congresso Nacional, que o aprovou tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, contando com o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da Igreja Católica e da Vice-Presidência da República. Ressalte-se que o projeto de lei submetido à aprovação do Congresso Nacional não trazia a definição ampla de refugiados. (PINTO, 2014)

Assim, a Lei Nº 9.474, Lei do Refúgio, de 22 de julho de 1997, que define os mecanismos para a implementação da Convenção de Refugiados de 1951 e dá outras providências, surgiu como a primeira legislação preocupada em tratar do tema na América Latina, além de contar com uma parceria tripartite (governo, sociedade civil e ACNUR). Da mesma forma, foi instituído o CONARE, órgão formado por sete membros representantes dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Esporte e do Departamento de Polícia Federal. A Cáritas Arquidiocesana, organização não governamental da Igreja Católica, parceira do ACNUR no Brasil, oferece programas de assistência e integração a refugiados. (PINTO, 2014, p. 2012).

O solicitante de refúgio, ao requerer ajuda humanitária, recebe inicialmente proteção formal em documento. É o reinício ou início da cidadania, pois não é raro ser o primeiro documento que recebem, conferindo-lhes a condição de cidadão. Eles também terão direito a documentação provisória, incluindo uma autorização de trabalho. Todos os pedidos de refúgio são analisados pelo CONARE e, em caso de indeferimento, é possível recorrer ao Ministro da Justiça. É importante ressaltar que o refugiado no Brasil tem os mesmos direitos e deveres de qualquer estrangeiro em situação regular no país. Além disso, a Constituição Federal de 1988, ao conceder tratamento igualitário a brasileiros e estrangeiros residentes no país, conforme disposto em seu artigo 5º, garante o acesso às políticas públicas existentes, bem como a Lei nº 9.474/97, que expressa o compromisso do Brasil com a assistência humanitária causa dos refugiados, convocando o país a implementar políticas públicas para a integração dos refugiados. (PINTO, 2014).

Para além da Lei do Refúgio, no Brasil, a legislação de imigração é regida pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei de Migração. Essa lei substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro, que havia sido criado em 1980, durante a ditadura militar no país. A Lei de Migração foi criada com o objetivo de proteger os direitos dos imigrantes e garantir a sua inclusão social, além de promover a integração entre os imigrantes e a sociedade brasileira. Ela estabelece regras para a entrada, permanência e saída de imigrantes no país, bem como define os direitos e deveres deles.

Entre as principais mudanças trazidas pela nova legislação, destaca-se a substituição do termo "estrangeiro" por "migrante", visando à promoção de uma abordagem mais humanitária e inclusiva. Além disso, a Lei de Migração garante aos imigrantes o direito à educação, saúde, trabalho, assistência social, entre outros serviços públicos. A Lei de Migração também estabelece o princípio da não criminalização da imigração, diferentemente de como era estabelecido pelo Estatuto do Estrangeiro, bem como afirmam Mendes e Brasil:

A Lei nº. 13.445, de 24 de maio de 2017, disciplinou a migração no Brasil e estabeleceu princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante. Também a nova Lei de Migração substituiu a Lei n. 818/49 (regula a aquisição, a perda e a re aquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos) e a Lei n. 8.615/80 (Estatuto do Estrangeiro), que tratava o não nacional como uma ameaça aos brasileiros e à imigração como uma questão de segurança nacional. O artigo 2º do antigo Estatuto do Estrangeiro previa que na aplicação da lei atenderia precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil e à defesa do trabalhador nacional. O artigo 3º acrescentava que “[...] a concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais”, dando uma conotação ainda mais discricionária para a concessão ou a prorrogação do visto. (MENDES, BRASIL, 2020, p.66).

A partir da nova lei, a entrada irregular de imigrantes no país não é considerada crime, mas sim uma infração administrativa. Entretanto, a lei prevê sanções para quem facilitar a entrada irregular de imigrantes ou explorar a situação de vulnerabilidade dessas pessoas.

Vale ressaltar a situação de vulnerabilidade que grande parte dos migrantes internacionais têm enfrentado ao chegar ao Brasil durante todos estes anos de história, o que evidencia a importância e necessidade de legislações específicas para esta parcela da população. Grande parte, durante sua jornada migratória, pode ser vítimas de violência, tráfico humano, exploração e abuso. São sujeitos que se encontram em condições de desamparo, como pessoas fugindo de desastres naturais, de países em conflito (políticos, religiosos etc.), mulheres, crianças e outros, que têm mais probabilidade de serem categorizados como migrantes em situação de vulnerabilidade.

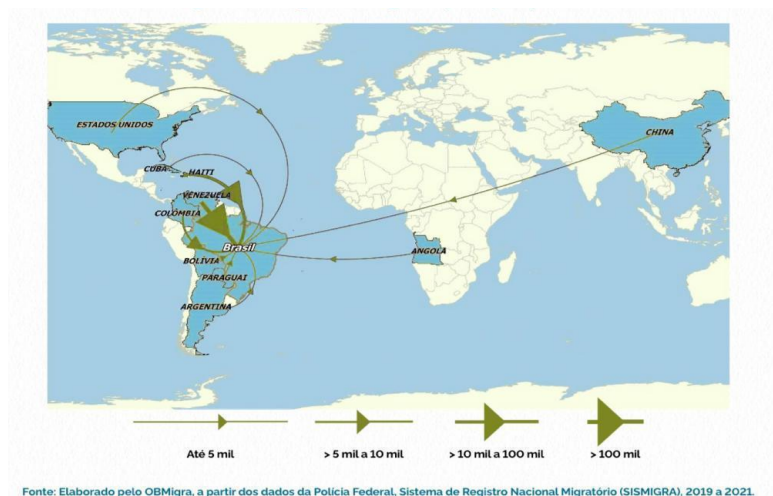
Ao chegar a um novo país, muitas vezes enfrentam barreiras linguísticas, culturais e burocráticas que podem dificultar a obtenção de trabalho, moradia e assistência médica. Essas condições de vulnerabilidade podem deixar os imigrantes em uma posição desfavorável e mais expostos a riscos e dificuldades, exigindo cuidado e atenção especiais por parte das autoridades e da sociedade em geral. Segundo o dicionário Houaiss, “vulnerabilidade se refere à qualidade ou estado do que é vulnerável”. Quando se aplica o termo à migração, pode-se

deduzir que o indivíduo nessa condição é mais vulnerável, já que está exposto a ferimentos em suas dimensões constitutivas e à causa de sua condição em uma realidade diferente da sua, na qual possui poucas relações pessoais, sociais e trabalhistas.

Entretanto, é importante destacar que a vulnerabilidade não se refere à pessoa do migrante, mas sim à situação em que ele se encontra ao migrar. Lussi e Marinussi (2018, p. 2) afirmam que, “por isso, é correto falar de “migrantes em situação de vulnerabilidade”, frisando que a vulnerabilidade não é uma característica inerente à pessoa migrante, mas à situação em que ela se encontra”. A pessoa migrante em situação de vulnerabilidade é um sujeito com características temporárias e com reduzida autonomia, capacidade de ação e emancipação, assim como um nacional.

Atualmente as migrações internacionais no país têm apresentado características peculiares pela diversidade de origens dos imigrantes. Entre eles estão venezuelanos, haitianos, bolivianos, peruanos, entre outros, com perfis distintos em termos de idade, gênero e escolaridade. Nos últimos anos, o Brasil tem recebido muitos imigrantes. Segundo o relatório anual de Dados consolidados da Imigração no Brasil de 2021 do Observatório das migrações internacionais, no ano de 2021, foi contabilizado um total de 151.155 imigrantes, em sua maioria advindos de países como Venezuela, Haiti e Colômbia. A imagem abaixo ilustra os países de origem dos migrantes internacionais recebidos no Brasil no ano de 2021.

Figura 2 - Número de registros de migrantes, segundo principais países – Brasil, 2021.



Fonte: OBMigra, 2021

Recentemente milhares de imigrantes venezuelanos entraram no território nacional pela fronteira com o estado de Roraima em busca de sobrevivência e melhores condições de vida. Entre o ano de 2011 e 2021, o território brasileiro recebeu 1,1 milhão de migrantes

originários de mais de 190 países de todos os continentes, sendo os grupos mais expressivos os venezuelanos, haitianos, bolivianos, colombianos e chineses (OBMigra, 2022).

Conforme dados da OBMigra no que se refere ao cadastro de imigrantes nos programas de assistência social, destaca-se o impacto significativo dos venezuelanos no aumento dos índices de pobreza entre os imigrantes, uma vez que, a partir de 2019, eles se tornaram o grupo com o maior número de indivíduos cadastrados em situação de pobreza. Análises específicas para o ano de 2021 revelam uma situação grave entre os venezuelanos em termos percentuais. Os resultados indicam que esse grupo apresenta a maior proporção de pessoas em situação de pobreza entre todos os imigrantes cadastrados. Em outras palavras, aproximadamente 79% dos imigrantes venezuelanos registrados no CadÚnico se encontram em situação de pobreza. Esse dado ressalta a necessidade contínua do desenvolvimento de estratégias humanitárias para o acolhimento desses imigrantes nos estados brasileiros de destino.

Em relação às demandas identificadas entre os grupos de imigrantes, observou-se um aumento expressivo de imigrantes em situação de rua e de imigrantes indígenas a partir de 2018. Entre os indígenas, os bolivianos foram os que se destacaram até 2018, enquanto os venezuelanos apresentaram um aumento expressivo a partir de 2019. No que diz respeito aos imigrantes em situação de rua, os venezuelanos, haitianos e paraguaios são identificados em maior número no CadÚnico. Quanto ao acesso dos imigrantes aos programas de transferência de renda, observa-se que a maioria dos imigrantes internacionais registrados no CadÚnico recebe algum benefício. O programa Auxílio Brasil apresenta o maior percentual de beneficiários imigrantes, seguido pelo Bolsa Família e pelo Auxílio Emergencial. Os principais beneficiários desses programas são pessoas nascidas na Venezuela, Haiti, Bolívia e Paraguai. (OBMigra, 2022).

Esses movimentos exigem uma abordagem mais abrangente e integrada das políticas públicas voltadas para os imigrantes, de modo a enfrentar os desafios impostos pela dinâmica das migrações internacionais contemporâneas e promover a inclusão e o bem-estar desses imigrantes na sociedade brasileira.

2.2 Movimentos migratórios em Santa Catarina e no município de Florianópolis

Os movimentos migratórios em Santa Catarina são influenciados por uma série de fatores históricos e atuais, e têm deixado marcas significativas na cultura e na economia do estado. Santa Catarina é um estado que tem grande protagonismo na história dos movimentos migratórios no Brasil. No século XVII, a região recebeu imigrantes portugueses açorianos juntamente com o movimento de diáspora africana pelo conseqüente regime de escravidão, com intuito de colonização e proteção da região, por seu litoral ter grande importância nas rotas de grande navegação, além de ser um entreposto comercial por onde passava o gado oriundo das planícies e planaltos com destino a São Paulo. Já no final do século XIX e início do século XX a região começa a receber os imigrantes europeus advindos das políticas de embranquecimento populacional do governo, de acordo com Miotto:

A imigração europeia ditou o ritmo de crescimento demográfico do período, principalmente com a chegada dos alemães e italianos. Além disso, esses imigrantes foram responsáveis por diversificar a economia existente através do comércio e das atividades artesanais, tradicionais do seu lugar de origem. De forma geral, os alemães se estabeleceram no Vale do Itajaí e no Norte e os italianos foram em direção ao Sul do estado. (MIOTTO, 2008, p.35).

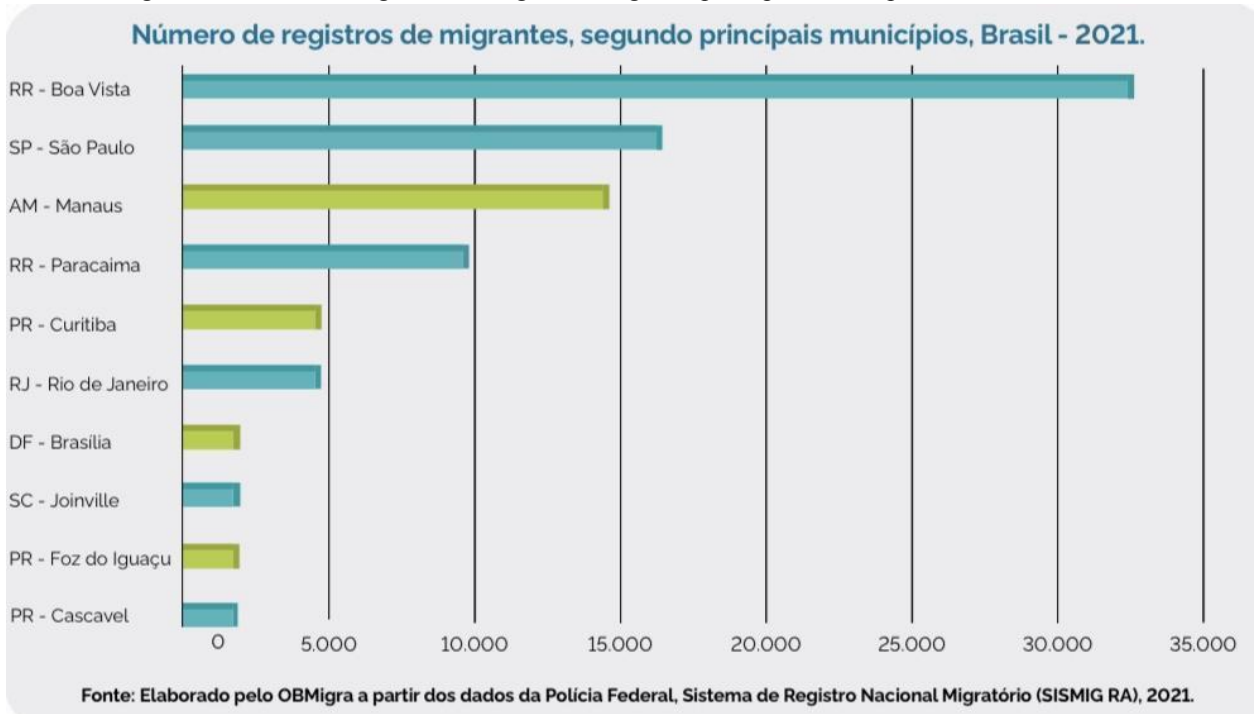
De acordo com dados do IBGE, Santa Catarina tem uma população de aproximadamente 7,3 milhões de habitantes, sendo que cerca de 20% desse total é composto por imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus. (IBGE, 2021). Essas comunidades deixaram uma forte influência cultural no estado, principalmente na culinária, na arquitetura e na religião.

Além dos grupos históricos, Santa Catarina também recebeu muitos migrantes de outras partes do Brasil nas últimas décadas. As principais regiões de origem desses migrantes são o Nordeste, Sudeste e do estado do Rio Grande do Sul. Essa migração interna é influenciada principalmente pelo mercado de trabalho, que tem se concentrado em setores como a construção civil, a indústria e o turismo.

Na contemporaneidade, o estado de Santa Catarina tem registrado fluxos de imigração internacionais significativos. Os imigrantes em sua maioria vêm de países como Venezuela, Haiti, Bolívia, Paraguai e Argentina. Em termos de distribuição geográfica, a maior parte dos imigrantes em Santa Catarina se concentra nas regiões metropolitanas de Florianópolis, Joinville e Blumenau. Essas regiões são atraentes para os imigrantes por causa das oportunidades de emprego e do acesso a serviços e recursos públicos.

Segundo dados da OBMigra, no ano de 2021 o sul do Brasil acolheu 25,4% dos imigrantes recebidos no país, sendo Santa Catarina o segundo estado do Sul do Brasil que mais recebeu imigrantes. Como podemos observar no gráfico abaixo, a cidade do estado que mais recebeu imigrantes no ano de 2021 foi a cidade de Joinville ao norte do estado e está entre as dez cidades do país que mais receberam imigrantes em 2021:

Figura 3 - Número de registros de migrantes, segundo principais municípios, Brasil – 2021.



Fonte: OBMigra, 2021.

Segundo dados da OBMigra e da ACNUR, as cidades de Chapecó, Joinville e Florianópolis, foram as cidades de Santa Catarina que mais receberam imigrantes nos últimos anos, em sua maioria Venezuelanos e Haitianos. A população vinda do Haiti, majoritariamente, adentra o país pelo estado do Acre, onde recebe atendimento e visto humanitário. Normalmente partem do Acre para os demais estados do país como Santa Catarina e São Paulo (THOMÉ, 2015). Os imigrantes haitianos começaram a chegar ao Brasil no ano de 2010 devido a um terremoto que devastou o país. A partir disso o país começou a enfrentar uma grande crise econômica e sanitária que causou o deslocamento em massa da população que buscava melhores condições de vida. O Haiti, no ano de 2011 chegou a ser a nação mais pobre da América Latina: sendo que quase 80% dos habitantes viviam com até 2 dólares por dia, dados indicam que 60% estavam em situação de subnutrição e o índice de

desemprego atingia vultosos 70% (Instituto Migrações e Direitos Humanos; Conselho Nacional de Refugiados, 2011).

Já a população vinda da Venezuela, majoritariamente, adentra o país pelo estado de Roraima, estado que faz fronteira com a Venezuela, onde também recebem atendimento e visto humanitário. Conforme Lima:

Chegando no Brasil, muitos venezuelanos solicitam proteção como refugiados, outros almejam trabalhos temporários e outros buscam com urgência por cuidados médicos. Acarretando na sobrecarga do sistema público de saúde de Roraima e “inchando” o sistema de solicitação de refúgio no Brasil. (LIMA, 2018, p. 07).

Dados da Agência das Nações Unidas para os Refugiados, mostram que cerca de 5,6 milhões de venezuelanos deixaram o país desde 2015, muitos deles buscando refúgio em países da América Latina, como Colômbia, Peru, Equador e Brasil. (ACNUR, 2021).

2.3 Movimentos migratórios no município de Florianópolis

Se tratando especificamente do município de Florianópolis, recentemente considerada metrópole pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), podemos observar historicamente as características migratórias das regiões litorâneas de Santa Catarina, compostas majoritariamente por imigrantes açorianos e a população africana escravizada. De acordo com Leite (1995), as primeiras populações africanas escravizadas do sul do Brasil se concentraram em Florianópolis.

Atualmente, a cidade de Florianópolis é a terceira cidade do estado de Santa Catarina com o maior número de pedidos de Registro Nacional Migratório (RNM). Segundo dados levantados pelo ICOM (Instituto Comunitário Grande Florianópolis) através do relatório "Sinais Vitais Florianópolis - Migração Internacional 2021/2022", no ano de 2021 o município de Florianópolis recebeu cerca de 1.167, o que pode-se observar no quadro abaixo:

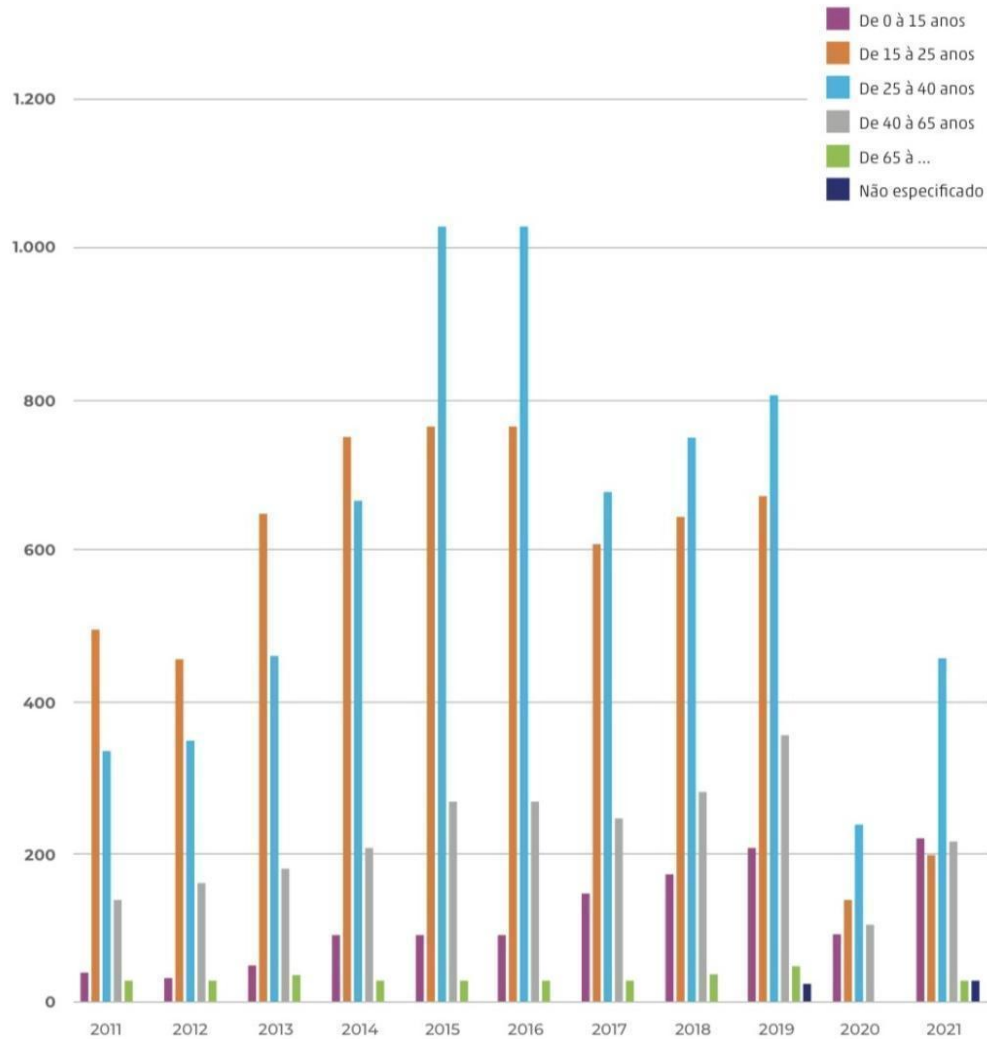
Figura 4 - Principais destinos em SC em 2021, ICOM – 2022.

Municípios	Quantidade de pedidos	Percentual em relação ao total do estado
Joinville	2.126	13,75%
Chapecó	1.462	9,46%
Florianópolis	1.167	7,55%
Blumenau	788	5,10%
Itajaí	605	3,91%
Itapiranga	517	3,34%
São José	422	2,73%
Camboriú	360	2,33%
Criciúma	338	2,19%
TOTAL	7.785	50,35%

Fonte: ICOM, 2022.

De acordo com o relatório, em Florianópolis, até 2016, a participação de imigrantes do gênero masculino no total de pedidos era sempre maior, com um pico em 2016. A partir de 2018, a quantidade de pedidos de migrantes de ambos os sexos passou a ser mais equilibrada, no ano de 2021 pedidos de imigrantes do gênero feminino compuseram 49,61% enquanto os do gênero masculino 50,39 %. Entre os anos 2011 e 2021, em Florianópolis, predominam os pedidos de registros de jovens e adultos, correspondendo às faixas etárias de 15-25 anos e 25-40 anos. Porém em 2021, há proporcionalmente uma participação maior de crianças e adolescentes, como demonstrado pelo gráfico abaixo. Esse padrão pode ser observado também no Brasil e em Santa Catarina.

Figura 5 - Faixas etárias dos migrantes residentes na cidade de Florianópolis que solicitaram RNM de 2011 a 2021- ICOM, 2022.



Fonte: ICOM, 2022.

Em relação às nacionalidades em Florianópolis, bem como no estado de Santa Catarina, destacam-se países latino-americanos em situação de crise humanitária e/ou sociopolítica, como Venezuela e Haiti. Os pedidos de Registro Nacional Migratório para Florianópolis, em 2021 são predominantemente de Venezuelanos e Haitianos compondo 54,93% dos pedidos, sendo 43,36% venezuelanos. (ICOM, 2022).

Em 2018, estabeleceu medidas de assistência emergencial e humanitária aos imigrantes e refugiados venezuelanos, reconheceu crise humanitária emergencial e criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), através da Medida Provisória nº 820/2018. Ainda em 2018, a citada medida provisória foi convertida em Lei nº. 13.684, ampliando a assistência emergencial para o acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade. O Estado Brasileiro implantou algumas estratégias de acolhimento

emergencial para o grande fluxo migratório de venezuelanos no país, dentre elas está a Operação Acolhida⁹. Coordenada pela Casa Civil, tal iniciativa do Governo Federal baseia-se em três pilares: ordenamento da fronteira, abrigo e interiorização. Segundo registros, entre janeiro de 2019 e março de 2023, através da estratégia de interiorização da operação acolhida, foram interiorizados 1.121 venezuelanos no município de Florianópolis. Tal ação se dá como estratégias no enfrentamento dessa expressão da questão social, que são os movimentos migratórios, porém ao acompanharmos o trajeto desses imigrantes nota-se necessidade de estratégias para além da realocação.

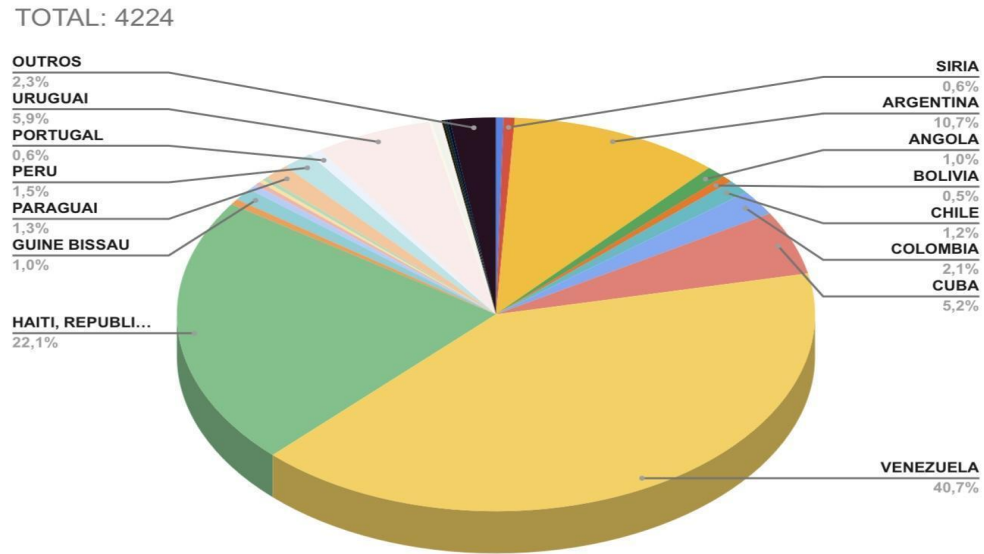
Como mencionado por Montaña (2012), os fluxos migratórios são uma importante manifestação da questão social, sendo um fenômeno inerente à relação capital-trabalho do modo de produção capitalista. Esses movimentos envolvem grupos sociais específicos e exigem atenção dos governos, estados e municípios devido aos riscos de exploração do trabalho, especialmente diante de barreiras linguísticas, culturais, preconceitos e xenofobia, entre outros obstáculos. Os imigrantes no Brasil geralmente enfrentam desafios em termos de trabalho e emprego, especialmente aqueles que não falam português ou têm dificuldades para se adaptar à cultura. Muitos imigrantes trabalham em empregos informais, com baixos salários e sem garantias trabalhistas.

Seguindo o recorte do município de Florianópolis, atualmente de acordo com dados Secretaria Municipal de Assistência Social do município, entre os anos de 2020 e início de 2023 o número de pessoas imigrantes cadastradas no Cadastro Único¹⁰ era de 4224 sendo 2262 famílias com crianças ou adolescentes. De acordo com os dados Venezuela, Haiti, e Argentina são as principais nacionalidades, abaixo podemos ver:

⁹Foi estabelecida no ano de 2019 a Operação Acolhida, com um novo Decreto de “governança” dirigida aos/as migrantes venezuelanos/as. Regulamentado pelo Decreto No 9.970, de 14 de agosto de 2019, foi instituído o Comitê Federal de Assistência Emergencial, coordenado pela Casa Civil e, ainda, quatro Subcomitês Federais vinculados: 1) Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; 2) Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; 3) Subcomitê Federal para Interiorização e; 4) Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrante (BRASIL, 2021c).

¹⁰O Cadastro Único é uma base de dados que serve para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país e, assim, ajudar o Governo Federal a desenvolver políticas públicas voltadas para essa população. Atualmente existem 28 programas federais que utilizam a base do Cadastro Único para a gestão de suas ações, como o Programa Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Criança Feliz, entre outros. (BRASIL, 2023)

Figura 6 - Nacionalidades dos imigrantes cadastrados no Cadastro Único - Florianópolis, 2023.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social do município de Florianópolis.

Ainda de acordo com dados da secretaria de assistência social do município de Florianópolis, mais de 20% dos imigrantes cadastrados no cadastro único são crianças ou adolescentes, o que podemos observar no quadro abaixo:

Figura 7 - Faixas etárias dos migrantes cadastrados no Cadastro Único - Florianópolis, 2023.

	TOTAL
0-Entre 0 e 4	109
#1-Entre 5 a 6	115
#2-Entre 7 a 15	606
# 3-Entre 16 a 17	124
#4-Entre 18 a 24	396
	1350

Fonte: Secretaria de Assistência Social do município de Florianópolis, 2023.

Conforme colocado por Curci (2017), as principais problemáticas associadas à migração infanto-juvenil incluem dificuldades de acesso à saúde e educação, conflitos culturais, exclusão social, pobreza e discriminação, sendo educação a de mais impacto. No caso das crianças e adolescentes migrantes desacompanhadas, devem-se adicionar os riscos de trabalho infantil, tráfico humano, exploração sexual e situação de rua. É importante ressaltar que a criança e o adolescente imigrante podem assumir uma função social crucial como a principal mediadora entre sua família e a nova sociedade, uma vez que ela geralmente tem

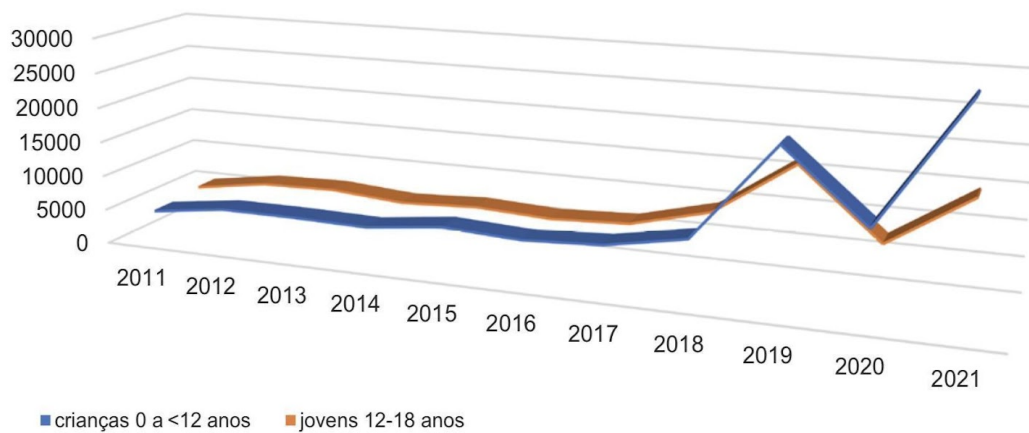
acesso mais rápido à escola e, conseqüentemente, ao idioma. Como resultado, ela pode se tornar a principal comunicadora, atuando como tradutora em situações cotidianas, como visitas ao banco, mercado, médico e à polícia, "embora essas responsabilidades possam não estar de acordo com a sua idade cronológica e impulsionar um amadurecimento precoce."(CURCI, 2017, p. 35).

A imigração infanto-juvenil é uma questão que merece atenção especial por parte dos governos e das sociedades em geral. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes têm o direito à proteção integral, com absoluta prioridade, devendo ser assegurados, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais desses indivíduos, incluindo o direito à educação, à saúde, ao lazer e à convivência familiar e comunitária.

3. IMIGRAÇÃO INFANTO-ADOLESCENTE E EDUCAÇÃO

Segundo dados do Resumo Executivo do Relatório Anual 2022 da OBMigra, desde o ano de 2015, têm sido observados dois fenômenos sociais de relevância nos estudos acerca das migrações internacionais no Brasil: o fenômeno da feminização dessas migrações e o aumento constante do fluxo de crianças e adolescentes imigrantes que buscam refúgio em nosso país. Em 2021, o número de crianças e adolescentes chegou à cifra de 30% dos imigrantes registrados no país. (OBMigra, 2022).

Figura 8 - Número total de crianças e adolescentes imigrantes registrados - Brasil, 2011 a 2021 - Brasil, 2022.



Fonte: OBMigra, 2022.

No que diz respeito à nacionalidade das mulheres, crianças e adolescentes imigrantes, durante a primeira parte da década, houve um registro abrangente de indivíduos provenientes da Bolívia. Já entre os anos de 2015 e 2018, observa-se a chegada de pessoas vindas do Haiti, seguida pelo processo de feminização e o aumento de crianças e adolescentes com a chegada e registro de cidadãos venezuelanos. É importante ressaltar que os registros de crianças haitianas apresentaram um crescimento constante ao longo da década de 2011 a 2020, com um número relativamente baixo de registros de adolescentes. Por outro lado, o grupo venezuelano demonstrou um índice significativo de registros migratórios de crianças e adolescentes. Portanto, os países têm a responsabilidade de garantir que as crianças migrantes tenham acesso à educação.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, estabelece que todas as crianças possuem direito à educação. Isso se aplica a todas as crianças, independentemente de sua nacionalidade ou status migratório. Embora esse

abrangente conjunto de princípios assegure a todas as crianças e adolescentes, os direitos educacionais foram novamente reiterados nas normativas internacionais que se referem especificamente às populações migrantes e refugiadas. A Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares¹¹ estabelece no seu artigo 30 que o filho de um trabalhador migrante tem o direito fundamental de acesso à educação em condições de igualdade de tratamento com os cidadãos do Estado envolvido (Organização das Nações Unidas, 1990).

Explica Magalhães (2013) que o texto também reforça a proibição de negar ou restringir o acesso a estabelecimentos públicos de ensino devido à situação irregular dos pais ou da própria criança. Além disso, a Convenção destaca que os Estados onde os migrantes trabalham, em colaboração com os Estados de origem, devem, quando apropriado, implementar políticas que facilitem a integração dos filhos dos trabalhadores migrantes no sistema escolar local, especialmente no que se refere ao ensino do idioma local.

Segundo a autora, é interessante observar que esta Convenção, que aborda o tema de forma mais explícita, não se refere a todos os migrantes, mas sim aos trabalhadores imigrantes e seus familiares. Basta observar seu título: Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares. Esse aspecto é relevante nos estudos sobre os novos fluxos migratórios, onde as pessoas que migram para ocupar um determinado setor da produção nacional, geralmente aqueles que os cidadãos locais não desejam, parecem representar um fluxo migratório mais natural ou esperado em comparação com outros casos. (MAGALHÃES, 2013, p.54).

No Brasil, o tema do acesso de crianças e adolescentes imigrantes à educação têm trazido questões importantes para discussão nos últimos anos. O acesso à educação para crianças imigrantes no Brasil é previsto através de legislações, sendo uma delas a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito universal. De acordo com o documento:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art. 206. O ensino será ministrado com

¹¹ A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias é um tratado multilateral das Nações Unidas que regula a salvaguarda dos trabalhadores migrantes e seus familiares. Foi assinado em 18 de dezembro de 1990 e entrou em vigor em 1º de julho de 2003, após a ratificação de 20 Estados, atingindo esse número em março de 2003. O Comitê de Trabalhadores Migrantes (CTM) é responsável pela supervisão da implementação da convenção e é um dos sete órgãos de tratados de direitos humanos vinculados à ONU. Até agosto de 2021, a convenção estava em vigor em 56 países.

base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. [...] Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (BRASIL, 1988).

Contudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também asseguram o direito à educação para todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua nacionalidade ou status migratório. Conforme Martuscelli (2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei 8.069/1990, estabelece direitos para todas as crianças (indivíduos com até 12 anos) e adolescentes (jovens entre 12 e 18 anos) no país, inclusive imigrantes. O ECA tem como fundamento central o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, garantindo seu interesse superior, proteção integral¹² e compartilhamento de responsabilidades por parte do poder público. O estatuto assegura que nenhuma criança será submetida a negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão (artigo 5). Além disso, destaca o direito das crianças aos serviços de saúde (artigo 11), à liberdade de locomoção, opinião, expressão, crença e culto religioso, à participação na vida familiar e comunitária sem discriminação, à participação na vida política e ao acesso ao asilo (artigo 16). (MARTUSCELLI, 2014).

No contexto educacional, o ECA reafirma o direito à educação (artigo 52), estabelecendo a responsabilidade do Estado Brasileiro em oferecer um ensino público e de qualidade, desde creches até o ensino médio, para todas as crianças, incluindo a garantia de escolas próximas às suas residências. O artigo 41 declara o direito das crianças ao acesso à justiça, enquanto o artigo 58 assegura que, durante o processo educacional, os valores culturais, artísticos e históricos das crianças devem ser respeitados, visando promover a liberdade de expressão e o acesso a recursos culturais. Esse último artigo é especialmente relevante para crianças refugiadas, que vêm de diferentes culturas e países, e cujos valores

¹² Foi introduzida no sistema jurídico brasileiro a Doutrina da Proteção Integral por meio do artigo 227 da Constituição Federal. Esse dispositivo estabeleceu que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, com máxima prioridade, à criança e ao adolescente, o pleno exercício dos direitos à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Além disso, busca-se protegê-los de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Em essência, a doutrina jurídica da proteção integral adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é fundamentada em três princípios fundamentais, a saber: "a) criança e adolescente como sujeitos de direito – deixam de ser objetos passivos para se tornarem titulares de direitos; b) destinatários de absoluta prioridade; c) Respeitando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento." (FERREIRA; DOI, 2018, p. 02)

frequentemente diferem dos brasileiros, necessitando ser respeitados. (MARTUSCELLI, 2014).

Apesar do evidente aumento no número de matrículas de estudantes internacionais, é uma tarefa desafiadora encontrar estudos acadêmicos e documentos jurídicos que abordem especificamente as políticas educacionais relacionadas à educação básica e à população imigrante. Curci (2017), ao referenciar Martuscelli (2012) e Tomasevski (2004), traz uma reflexão de como garantir os direitos educacionais para os imigrantes, considerando que eles são "pessoas desenraizadas" em uma das instituições mais enraizadas territorialmente da modernidade, que é a escola, conforme mencionado por Martins (2001). De acordo com a autora, os requisitos essenciais para alcançar plenamente o direito humano à educação conforme Tomasevski (2006), são a educação disponível, acessível, aceitável e adaptável. Sem qualquer um desses elementos, o direito à educação estaria sendo violado. Além disso, ela traz uma reflexão no que diz respeito ao desafio do currículo educacional, em que se deve garantir que o conteúdo abordado seja relevante e, nesse contexto migratório, que as questões pertinentes aos imigrantes também estejam presentes no ambiente escolar. (CURCI, MARTUCELLI, 2017).

3.1 A Política de Educação

A educação é reconhecida como um direito fundamental e como uma política pública de extrema importância para o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. A política de educação no Brasil possui uma trajetória histórica marcada por avanços e desafios. Ao longo dos anos, o país tem buscado promover a universalização do acesso à educação, a melhoria da qualidade do ensino e a redução das desigualdades educacionais, a busca pela universalização do direito à educação tem sido um objetivo central das políticas educacionais ao longo das últimas décadas.

No período colonial, a educação no Brasil era restrita a poucos, sendo destinada principalmente aos filhos da elite brasileira e ligada aos interesses da Igreja Católica. A partir do século XIX, com a Independência e a promulgação da primeira Constituição brasileira, foram estabelecidos os primeiros esforços para a criação de um sistema educacional mais abrangente. No entanto, a educação continuou a ser marcada por desigualdades, com acesso limitado e baixa qualidade, especialmente para as camadas mais pobres da população.

De acordo com Teixeira em seu artigo, "O direito à educação nas constituições brasileiras", apesar de ter sido estabelecido na primeira carta, especificamente no artigo 179,

que o ensino primário seria garantido a todos os cidadãos, a Constituição do Império de 1824 não apresentava um projeto claro de expansão da educação pública. A responsabilidade pela educação durante esse período era principalmente atribuída à família e à Igreja, que detinham o controle do sistema educacional do país. Já na carta de 1891, embora tenha havido tentativas de descentralização e concentração das atividades educacionais nas mãos dos estados e da União, visando à laicidade, não foram introduzidas muitas inovações significativas (TEIXEIRA, 2008).

No século XX, a política de educação no Brasil passou por transformações significativas. Guiadas pelo caráter desenvolvimentista do governo na época, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, foram implementadas medidas para a expansão e democratização do ensino. As Constituições de 1934 e 1946 preservaram a educação como um direito subjetivo público, com uma inclinação para a gratuidade para aqueles que necessitam dela, especialmente no caso do ensino primário subsequente, conhecido atualmente como Fundamental II. A carta de 1946 também estabelece as primeiras diretrizes e fundamentos do currículo a ser ensinado. De acordo com o artigo 166º:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitadas os direitos dos professores; V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável; VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade; VII - é garantida a liberdade de cátedra. (BRASIL, Constituição Federal, 1946).

Ainda se destacaram nesse período a campanha de alfabetização de adultos, a criação das escolas normais para formação de professores, a instituição do ensino gratuito e obrigatório, além da ampliação do acesso ao ensino superior. Contudo, podemos observar

clara distinção entre as instituições educacionais direcionadas à elite e aquelas voltadas para as classes populares (TEIXEIRA, 2008 p.155 - 159).

Na década de 1960, o país viveu um período marcado por regimes autoritários, que também afetaram a política de educação. Durante a ditadura militar, foram impostas restrições à liberdade acadêmica e à participação estudantil, resultando em um retrocesso na democratização do ensino. Em 1967, a nova Constituição não introduziu mudanças significativas nas diretrizes educacionais, exceto pela ênfase na concessão de bolsas para estudantes do ensino fundamental posterior, em vez da oferta de vagas gratuitas na rede pública, e a supressão da liberdade de cátedra pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969 (TEIXEIRA, 2008, p. 161).

O processo de luta de redemocratização do Brasil, ocorrido na década de 1980, trouxe consigo mudanças significativas à política de educação. A Constituição de 1988 traz o direito à educação como um direito fundamental, determinando a responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais na oferta e na gestão do ensino. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como um direito de todos e um dever do Estado, garantindo a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Essa conquista representou um marco histórico na construção de uma política de educação inclusiva. O Artigo 205º estabelece a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988). Nesse período, foram implementadas diversas políticas educacionais, como a criação dos sistemas de ensino, a valorização do magistério, a expansão do acesso à educação básica e a implementação de programas de inclusão, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Posteriormente, com a abertura política, se deu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que trouxe diversos avanços na regulamentação do financiamento da educação no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, estabeleceu as bases para a organização da educação no país e definiu os princípios norteadores da política educacional brasileira. Ela reforçou a importância da educação como um direito de todos, determinou a obrigatoriedade do ensino básico e estabeleceu as diretrizes para a estruturação dos sistemas de ensino. A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 ampliaram não apenas a duração da escolaridade, garantindo a conclusão da Educação Básica para todos os brasileiros entre 04 e 17 anos, mas também enfatizaram a obrigação do Estado de oferecer essa educação em todo o território nacional.

A partir dessas bases legais, foram desenvolvidos diversos programas e ações para a efetivação do direito à educação no Brasil. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)¹³, por exemplo, foi criado para garantir recursos financeiros para a educação, visando à equidade e à qualidade do ensino. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego¹⁴ (Pronatec) foi implementado para ampliar a oferta de cursos técnicos e de formação profissional.

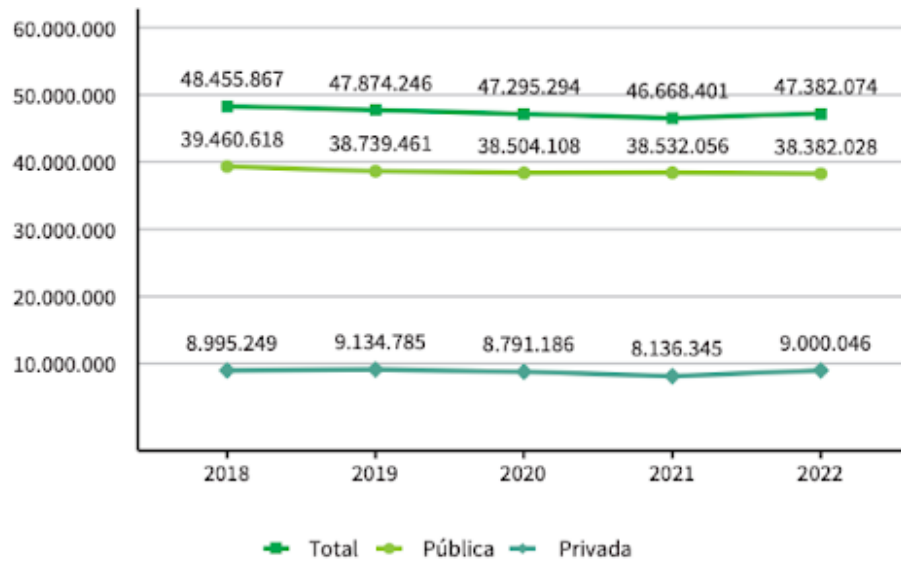
A implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, trouxe metas e estratégias para a melhoria da educação no país. Entre as metas estabelecidas, destaca-se a universalização da educação básica e a erradicação do analfabetismo. O PNE também visa à ampliação do acesso à educação infantil, à melhoria da qualidade da educação, à valorização dos profissionais da educação e à promoção da equidade. Segundo dados do Inep¹⁵ (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) disponibilizados no documento do Censo escolar de 2022, no último ano, houve um registro de 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica no Brasil, representando um aumento de cerca de 714 mil matrículas (1,5%) em comparação com o ano anterior. Esse crescimento é atribuído à expansão da rede privada, que passou de 8,1 milhões em 2021 para 9 milhões em 2022, alcançando um patamar próximo ao observado em 2019, antes da ocorrência da pandemia (INEP, 2023). Como podemos observar no quadro abaixo:

¹³ A Emenda Constitucional 108 torna permanente uma das principais fontes de financiamento da educação no país, o Fundeb, que terminaria no fim deste ano. Também aumenta seu alcance e amplia em 13 pontos percentuais os recursos destinados ao setor pela União. Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e foi criado em 2007. (BRASIL, 2023).

¹⁴ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (BRASIL, 2023).

¹⁵ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado em 1937 sob a denominação de “Instituto Nacional de Pedagogia”, e transformado em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) em 1997, é o órgão federal responsável pelas evidências educacionais e atua em três esferas: avaliações e exames educacionais; pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; e gestão do conhecimento e estudos. (BRASIL, 2022).

Figura 9 - Número de matrículas na educação básica segundo a rede de ensino - Brasil - 2018 - 2022 - Brasil, 2023.



Fonte: Inep, 2023.

Nos últimos anos, tem havido progressos significativos no acesso à educação. No entanto, o Painel de Desigualdades Educacionais no Brasil, uma iniciativa do Cenpec para a divulgação e partilha de informações referentes ao cenário educacional no Brasil, pontua com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2019, ainda havia quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, no ano de 2022 esse número sobe para 1,4 milhão. Essa exclusão escolar afeta principalmente crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas, que representam mais de 70% daqueles que estão fora da escola. (CENPEC, 2023).

A universalização do direito à educação ainda enfrenta desafios no Brasil, à medida que mais oportunidades de ingresso na escola foram disponibilizadas para diferentes grupos sociais, questões que sempre estiveram presentes se tornaram mais evidentes: a reprovação, a defasagem idade-série e a aprendizagem adequada para cada faixa etária, incluindo a alfabetização. Esses fenômenos, assim como o acesso, estão relacionados ao nível socioeconômico, raça/cor, gênero e origem geográfica, e são formas de exclusão da escola.

Ainda persistem desigualdades regionais e socioeconômicas no acesso e na qualidade da educação. A falta de investimentos adequados, a precariedade das estruturas escolares, a formação insuficiente de professores e a defasagem curricular são questões que demandam atenção. Além disso, debates sobre a base curricular comum, a formação de professores, a gestão educacional e a valorização da educação infantil têm ganhado destaque. Para além destes, novos desafios têm sido postos, como a implementação do novo ensino médio junto a

crescente expansão da rede privada de educação como observamos no quadro acima. Tais desafios vêm como consequência de um processo de desmonte não apenas da política de educação, mas das políticas públicas como um todo, sempre guiados pela ótica neoliberal.

Conforme Pino *et al* (2018), no âmbito das políticas educacionais, a principal preocupação dos defensores do neoliberalismo é despolitizar e ajustar as pessoas sistematicamente, de acordo com as supostas exigências incontornáveis da globalização. Isso ocorre em desrespeito ao dispositivo constitucional claro, que estabelece que a educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho.” Em sentido oposto, o interesse do sistema consiste na autotransformação do sujeito em agente produtivo cujas ambições de autoestima não ultrapassem os limites da mais estrita subserviência aos interesses do capital" (PINO *et al*, 2018, p. 519).

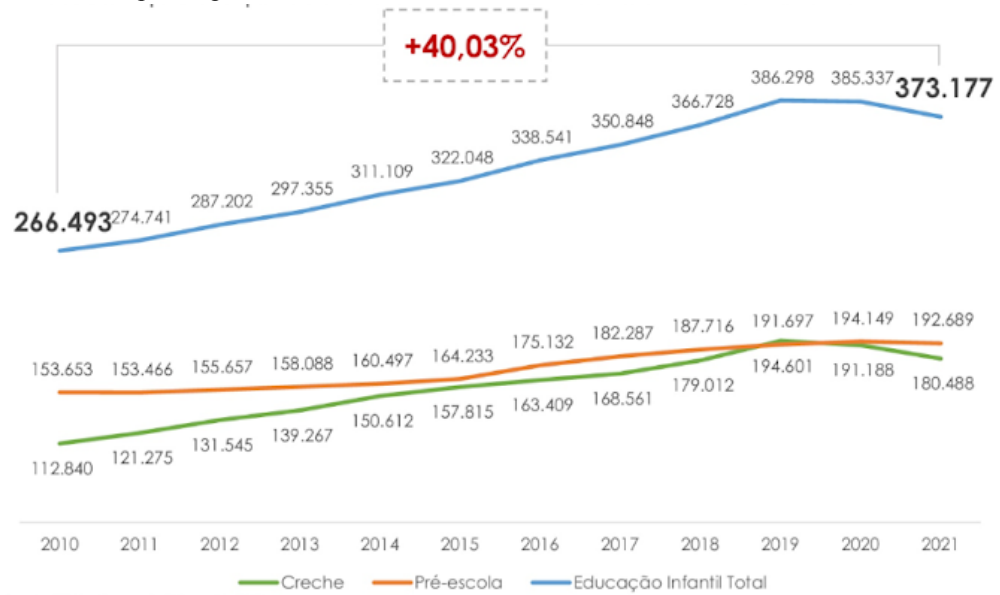
No contexto das políticas públicas gerenciais em vigor, setores como educação, saúde e segurança, que envolvem direitos subjetivos, deixam de ser protegidos por leis concretas e são expostos à precarização da responsabilidade individual. Isso resulta na exclusão dos setores sociais carentes de recursos, que são responsabilizados por seu próprio fracasso e deixados ao seu destino. A educação pública, que é um direito de todos e uma responsabilidade do Estado, é negligenciada e, sempre que possível, privatizada em nome da suposta falta de eficiência e recursos, mesmo quando outros setores de maior interesse econômico não enfrentam essa escassez. (PINO *et al*, 2018).

3.1.1 A Política de Educação no município de Florianópolis

De acordo com o caderno de Indicadores Educacionais Catarinenses, elaborado pela Secretaria Estadual de Educação do estado Santa Catarina (SED SC), os dados do Censo Escolar do INEP de 2022 – Santa Catarina registraram uma taxa de matrículas expressiva na educação básica. No ano de 2021, o estado contava com um total de aproximadamente 1,6 milhão de estudantes matriculados desde a educação infantil até o ensino médio.

Na educação infantil, que abrange crianças de 0 a 4 anos de idade, Santa Catarina apresentou uma taxa de cobertura de cerca de 92,5% (Santa Catarina, 2022). Isso indica que a maioria das crianças nessa faixa etária estava matriculada em creches e pré-escolas no estado.

Figura 10 - Matrículas por etapa de ensino em Santa Catarina 2010 -2021 - Ensino Infantil - SC, 2022.

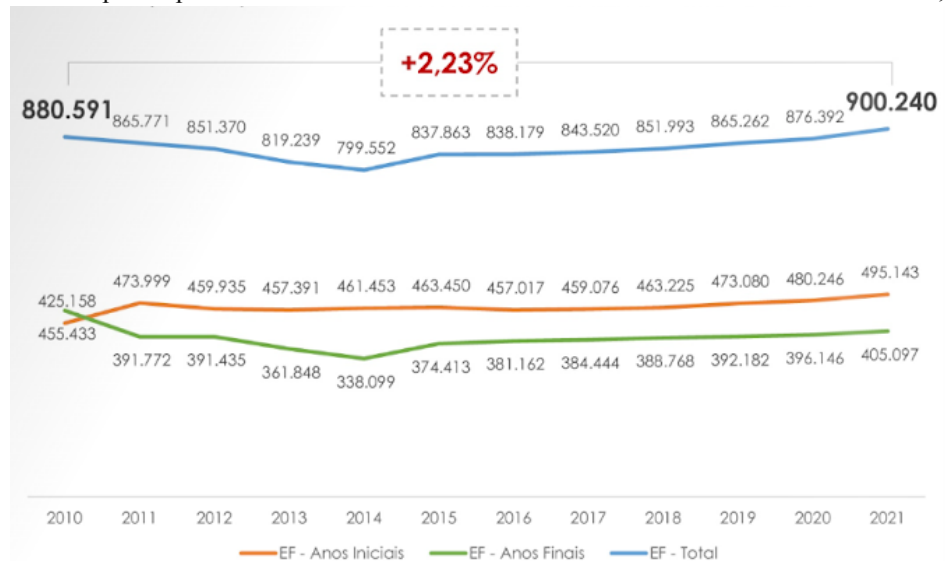


Fonte: Indicadores Educacionais Catarinenses - SED SC, 2022.

No ensino fundamental, a taxa de matrícula de crianças e adolescentes entre 06 e 14 anos era cerca de 900.240 mil estudantes (Santa Catarina, 2022). Esses números apontam para a ampla cobertura do ensino fundamental em Santa Catarina. Porém, indicadores assinalam que entre os anos de 2013 a 2021, aproximadamente 94% de crianças e adolescentes nessa faixa etária frequentam ou concluíram o ensino fundamental, ou seja, cerca de 6% de crianças e adolescentes entre 06 e 14 anos estavam fora da escola ou em situação de distorção de série-idade¹⁶.

¹⁶ O indicador de distorção idade-série é um dado estatístico que mostra, em cada série, a porcentagem de alunos que possuem uma idade superior à esperada para aquele ano em que estão matriculados. De acordo com o Censo Escolar de 2020, foi constatado que a taxa mais alta de distorção idade-série ocorre entre os estudantes do sexo masculino em todas as etapas de ensino. Especificamente no 6º ano do ensino fundamental, foi observada uma diferença significativa, onde a taxa de distorção idade-série é de 28,2% para os meninos, enquanto para as meninas é de 16,8%.

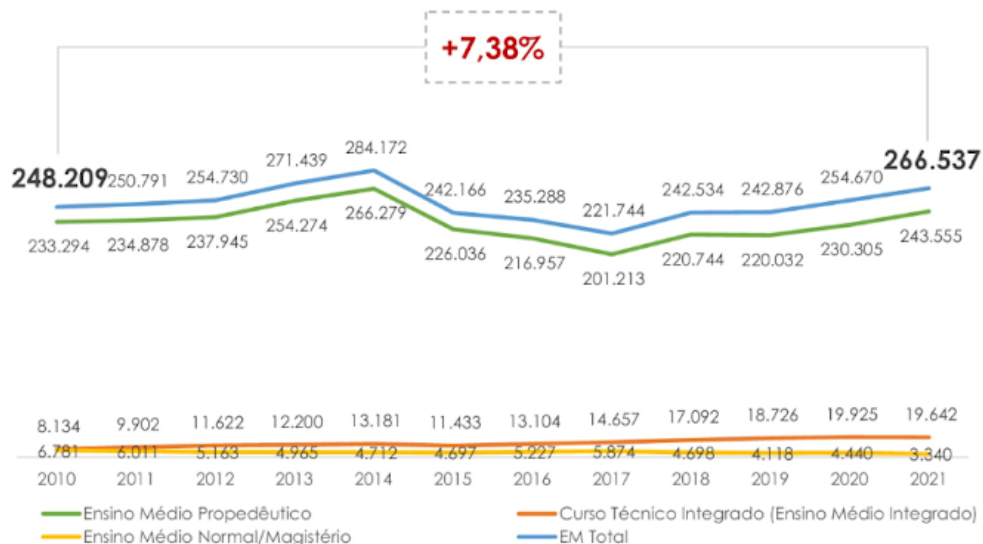
Figura 11 - Matrículas por etapa de ensino em Santa Catarina 2010 -2021 - Ensino Fundamental - SC, 2022.



Fonte: Indicadores Educacionais Catarinenses - SED SC, 2022.

No ensino médio, observou-se uma taxa de matrícula de aproximadamente 266.537 mil estudantes (Santa Catarina, 2022). Embora essa taxa indique que a maioria dos adolescentes em idade escolar estava matriculada no ensino médio em Santa Catarina, assim como no ensino fundamental, indicadores apontam que aproximadamente 6% dos adolescentes entre 15 e 18 anos não frequentavam a escola. A fase do ensino médio apresenta algumas particularidades, como um significativo número de reprovação, distorção série-idade e abandono escolar.

Figura 12 - Matrículas por etapa de ensino em Santa Catarina 2010 -2021 - Ensino Médio - SC, 2022.



Fonte: Indicadores Educacionais Catarinenses - SED SC, 2022.

No que diz respeito a indicadores de matrículas de crianças e adolescentes imigrantes no estado de Santa Catarina, não foi possível encontrar, apenas no município de Florianópolis.

Se tratando de Florianópolis, com base nos dados da plataforma Qedu¹⁷, o município contabilizou no ano de 2022 aproximadamente 70.479 estudantes matriculados desde a educação infantil até o ensino médio. No que se refere à educação infantil, destinada a crianças de 0 a 5 anos de idade, a taxa de cobertura em Florianópolis foi de cerca de 16.116 mil crianças matriculadas. Esse indicador reflete o número de crianças matriculadas em creches e pré-escolas. No ensino fundamental, que engloba do 1º ao 9º ano, a taxa de matrícula em Florianópolis era de 36.848 mil crianças e adolescentes que estavam devidamente matriculados no município. Já no ensino médio, que corresponde aos últimos anos da educação básica, o número de matrículas registradas em Florianópolis foi de aproximadamente 12.553 mil. (QEDU, 2022).

Apesar dos números minimamente positivos de matrículas na educação básica em Florianópolis, é fundamental estar atento aos desafios existentes. A garantia de uma política de educação de qualidade, a redução das desigualdades educacionais, a melhoria da infraestrutura escolar e a formação e remuneração adequada dos professores são aspectos que devem ser constantemente trabalhados para fortalecer o sistema educacional do município. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM), alguns aspectos podem ser destacados.

Em relação à matrícula de crianças na educação infantil, que compreende creches e pré-escolas, há uma demanda crescente por vagas. Dados apontam que, em 2020, cerca de 12% das crianças de zero a cinco anos ainda não estavam matriculadas na educação infantil em Florianópolis (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2022). Esse número indica a existência de crianças sem acesso à educação na primeira infância, o que pode impactar seu desenvolvimento e aprendizado posteriormente. Essa taxa indica também que em comparação aos números estaduais, que parte das crianças sem acesso à educação infantil no estado de Santa Catarina se encontram no município de Florianópolis. A demanda por creches e pré-escolas supera a capacidade de atendimento, deixando muitas famílias sem opções para colocar seus filhos na educação infantil.

¹⁷A plataforma QEdu é uma iniciativa desenvolvida pela empresa especializada em tecnologia e informação educacional Meritt e Fundação Lemann, e consiste em um portal aberto e gratuito que oferece informações sobre a qualidade do aprendizado nas escolas públicas e cidades brasileiras. Com base em dados obtidos de fontes oficiais do governo, como a Prova Brasil, o Censo Escolar e indicadores especiais do Inep.

Outra questão desafiadora consiste na desigualdade no acesso à educação. Determinadas regiões do município enfrentam obstáculos de natureza socioeconômica e de infraestrutura, advindos das expressões da questão social¹⁸, os quais impactam o acesso e a qualidade do ensino nessas localidades. Tal disparidade culmina em oportunidades desiguais de aprendizagem para essa parcela de crianças e adolescentes. Conseqüentemente, observamos a forte atuação de ONG's com trabalhos voltados à educação e instituições de convivência e fortalecimento de vínculos nesses territórios, resultando cada vez mais na parceria público privado e na não responsabilização do Estado para com as políticas voltadas à população desses territórios.

Conforme Montão (2005), ainda que as ONG's apresentem determinados níveis de eficiência, elas esvaziam a participação mais ampla dos cidadãos em exigir políticas sociais estatais, criando uma cultura de 'autoculpa' e da 'autoajuda' ou 'ajuda mútua', desonerando o capital. A transferência de responsabilidades para os setores marginalizados da sociedade retira do Estado a universalização de seus encargos sociais permitindo que o terceiro setor¹⁹ ocupe esta mediação. (MONTÃO, 2005, p. 23).

Para enfrentar esses desafios, é imprescindível empreender um esforço conjunto por parte das autoridades municipais, da sociedade civil e da comunidade escolar. Medidas de investimento devem ser adotadas com vistas à expansão da oferta de vagas em creches e pré-escolas, aprimoramento da infraestrutura escolar, formação continuada e aumento da remuneração dos professores e implementação de políticas educacionais inclusivas. Ademais, é fundamental fomentar o fortalecimento das políticas públicas como um movimento de base. Essas ações se mostram imperativas para a superação dos obstáculos mencionados.

¹⁸ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

¹⁹ O Terceiro Setor é formado por organizações sem fins lucrativos que têm como objetivo principal promover bem-estar social a determinadas comunidades ou grupos vulneráveis, podendo ser organizações não governamentais (ONGs), entidades filantrópicas, instituições beneficentes, fundações, associações, entre outros termos.

3.2 Os desafios para o acesso de crianças e adolescentes imigrantes à educação no município de Florianópolis

Diante dos desafios que os usuários das políticas educacionais têm enfrentado no que se refere ao acesso à educação no município de Florianópolis, direcionamos nossa atenção às crianças e adolescentes imigrantes que também fazem uso dessas políticas. Esses indivíduos enfrentam desafios adicionais devido à sua condição de imigrantes, o que soma dificuldades aos obstáculos já existentes.

Nas palavras de Curci (2017), o estudante carrega consigo, por onde quer que vá, os rótulos que o definem como imigrante, estrangeiro ou "gringo". Muitas vezes, é mais lembrado por sua nacionalidade do que pelo próprio nome. Diversos aspectos reforçam a importância desses rótulos: aparência, sotaque, comportamento, grafia do nome e religião. Afirma a autora:

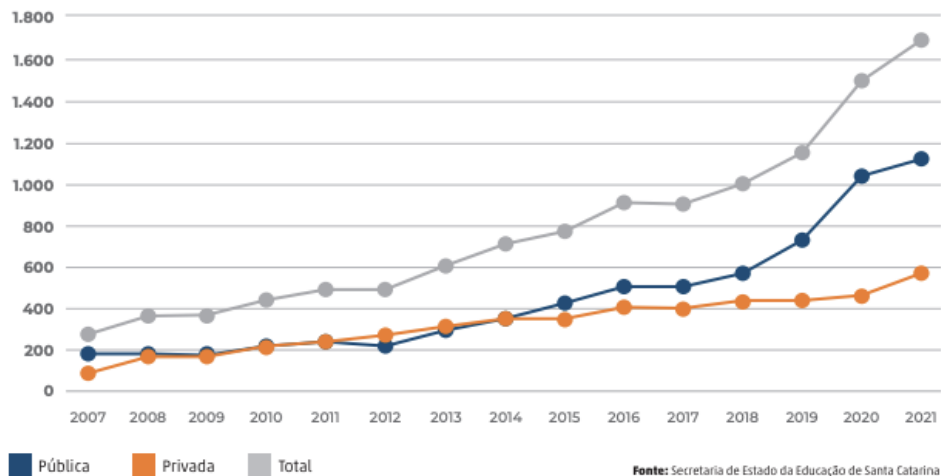
Frequentar a escola quando se é um imigrante se torna um desafio diário ainda maior. Uma vez que ele pode carregar inseguranças e incertezas diante das situações consideradas mais comuns do dia a dia. Como a hora do recreio, onde ficar, com quem andar, o que levar para comer, a vontade de ir no banheiro no meio da aula, como perguntar para sair da sala, a realização das atividades e provas, a escolha da roupa do dia, entre outras situações cotidianas dos ambientes escolares. (CURCI, 2017, p. 47).

O imigrante é alguém que se encontra fora de seu território de origem, em um contexto diferente de sua nação, sociedade e cultura. Dependendo de sua nacionalidade, ele pode ser visto como uma ameaça, o que gera rejeição e faz com que seja considerado indesejado pelos demais. Essa situação cria uma dualidade para o estudante, pois além de ser um indivíduo imigrante, muitas vezes ele é percebido como alguém que não é bem-vindo. Essa combinação de identidades pode gerar dificuldades adicionais, especialmente durante a infância e a adolescência, quando a busca por identidade e aceitação é crucial. O estudante precisa lidar não apenas com os desafios comuns dessa fase da vida, mas também com a discriminação e a exclusão baseadas em sua origem nacional.

É crucial salientar, a inexistência de políticas estaduais ou municipais dedicadas ao acolhimento de imigrantes nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, cada escola detém plena autonomia para estabelecer os procedimentos que julgar pertinentes, tais como estabelecer comunicação com as famílias dos estudantes e determinar sua alocação em uma determinada série, conforme considerar apropriado.

Conforme dados do relatório elaborado pelo ICOM, no ano de 2021, em Florianópolis, um total de 207 escolas relataram matrículas de imigrantes. Entre todas elas, o Instituto Estadual de Educação (IEE) se destacou, com a maior proporção de matriculados, representando 7,1% do total. O município contabilizou no ano de 2021 aproximadamente 1.693 crianças e adolescentes imigrantes matriculados na educação básica, que corresponde às fases de educação infantil até o ensino médio, ao longo de toda a série histórica, observa-se um crescimento contínuo no número total de matrículas. A partir de 2014, as matrículas na rede pública passaram a superar numericamente as da rede privada, chegando a quase o dobro em 2021, como podemos observar no quadro abaixo:

Figura 13 - Imigrantes matriculados em escolas públicas e privadas de 2014 a 2021 em Florianópolis - ICOM, 2022.



Fonte: ICOM, 2022.

A taxa de crianças e adolescentes imigrantes matriculadas em escolas públicas em Florianópolis 2021 representou 66,48% das matrículas na educação básica, sendo 36,5% na rede estadual, 28,66% na rede municipal e 1,77% na rede federal de ensino. Enquanto 33,51% das matrículas eram em escolas privadas.

Ainda segundo o relatório, no que se refere à educação infantil, destinada a crianças de 0 a 05 anos de idade, indica que cerca de 13,35% das crianças imigrantes estão matriculadas na educação básica. Esse indicador reflete o número de crianças matriculadas em creches e pré-escolas. No ensino fundamental, que engloba do 1º ao 9º ano, a taxa de matrícula era 58% das crianças e adolescentes imigrantes. Já no ensino médio, que corresponde aos últimos anos da educação básica, a taxa de matrículas registradas representou aproximadamente 15,30%.

Já referente à composição nacional das crianças e adolescentes imigrantes matriculados na rede de ensino básico no município de Florianópolis, observa-se um panorama resultante dos dados apresentados anteriormente referente à população infanto-adolescente imigrante no município de Florianópolis. Como expresso no quadro abaixo, crianças e adolescentes Haitianas e Venezuelanas estão em sua maioria acessando o ensino público.

Figura 14 - Principais nacionalidades por tipo de escola na educação básica - ICOM, 2022.

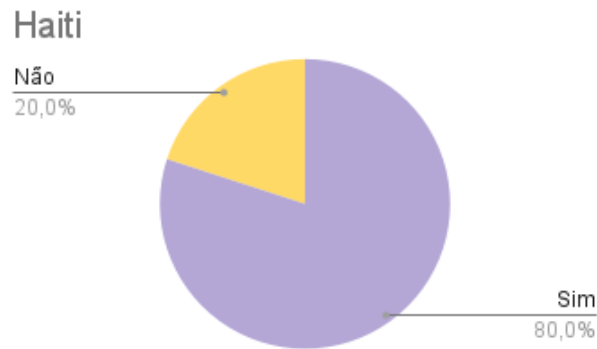


Fonte: ICOM, 2022.

Os resultados da pesquisa realizada para o presente Trabalho de Conclusão de Curso revelaram que a adaptação ao novo idioma foi apontada como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes imigrantes no acesso à educação básica no município. Além disso, algumas crianças venezuelanas relataram sofrer xenofobia, enfrentando discriminação e exclusão por parte de seus colegas de classe. Por sua vez, os relatos de algumas famílias haitianas pontuaram casos de racismo.

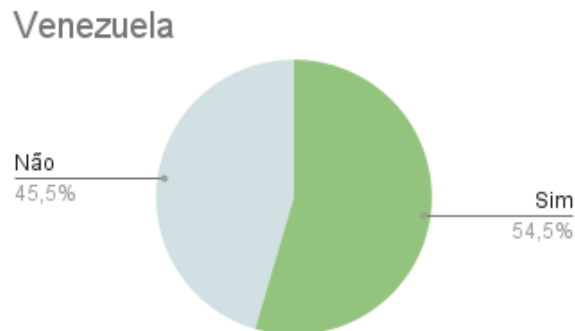
A adaptação ao novo idioma foi identificada como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes e suas famílias. A falta de fluência no idioma local dificultou a participação ativa nas salas de aula, a compreensão dos conteúdos ensinados e a interação com colegas e professores. Essa barreira linguística pode levar a um atraso no desenvolvimento educacional, dissociação série-idade e impactar no bem-estar emocional dos estudantes imigrantes. De acordo com a pesquisa, 54,5% dos respondentes venezuelanos enfrentaram dificuldade na adaptação ao idioma, o que influenciou negativamente no seu desenvolvimento escolar, enquanto 80% dos haitianos respondentes apresentaram esse dado, como podemos observar abaixo:

Gráfico 1 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Barreira linguística.



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 2 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Barreira linguística.



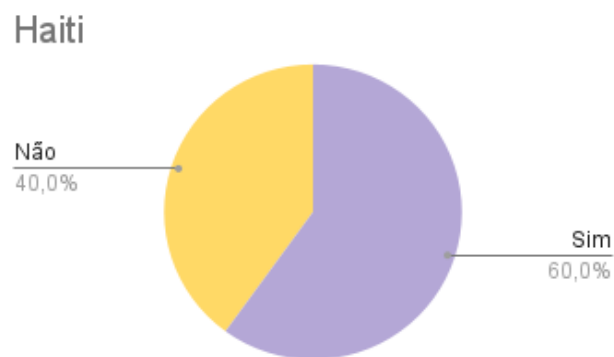
Fonte: elaborado pela autora.

Além dos desafios enfrentados pelas crianças imigrantes na adaptação a um novo idioma, também se observa a dificuldade dos professores em lidar com essas crianças e adolescentes, uma vez que ministrar aulas para alunos com diferentes culturas e idiomas não é uma tarefa fácil. Isso resulta em implicações na interação professor-aluno, especialmente no que diz respeito à compreensão dos conteúdos escolares por parte das crianças migrantes. Conforme Santos (2018), mesmo com várias reformas realizadas ao longo do tempo para melhorar o sistema educacional brasileiro, ainda não há um enfoque adequado na integração plena das crianças migrantes nas escolas públicas, e "não há preparação antecipada das equipes pedagógicas para recebê-las, nem cursos pré-escolares para o aprendizado do idioma nacional, como acontece em outros países" (SANTOS, p. 36, 2018).

Além disso, as crianças venezuelanas relataram sofrer xenofobia, enfrentando discriminação e exclusão por parte de seus colegas de classe. Essa hostilidade prejudica o processo de integração social e dificulta a construção de relacionamentos saudáveis e

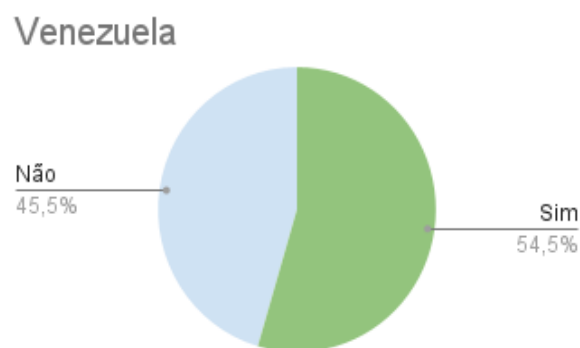
inclusivos. A xenofobia pode impactar negativamente o desempenho acadêmico, causar isolamento e aumentar o estresse psicológico das crianças e adolescentes imigrantes. Por outro lado, as crianças haitianas enfrentaram situações de racismo, o que também afeta negativamente seu bem-estar emocional e social. O racismo pode criar um ambiente hostil e gerar sentimentos de inferioridade e exclusão, o que impacta a autoconfiança e a motivação dos estudantes imigrantes. Segundo a pesquisa, 54,5% dos respondentes venezuelanos enfrentaram alguma situação de preconceito ou *bullying* pelo fato de ser imigrante, enquanto 60% dos haitianos respondentes apresentaram relatos de racismo por parte de colegas de turma, o que podemos observar no quadro abaixo:

Gráfico 3 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Preconceito.



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 4 - Dificuldade de adaptação por nacionalidade: Preconceito.



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com os relatos das famílias venezuelanas, quando ocorreram situações de xenofobia, as crianças e adolescentes comunicaram essas ocorrências aos pais, que orientaram as crianças a conversar com a professora da turma. As crianças mencionaram que ao dialogar com a professora, esta abordou o assunto com os colegas responsáveis pelos atos. No entanto,

em um dos relatos, uma mãe precisou ir à escola resolver a situação, pois a criança havia se comunicado repetidamente com a professora, mas esta não havia tomado nenhuma medida, de acordo com a mãe.

No caso em questão, a criança estava enfrentando piadas e exclusão por parte de algumas meninas da sala, chegando ao ponto de uma dessas meninas mexer e esconder a mochila da criança, conforme relatou a mãe. Após conversar com a diretora, a mãe venezuelana relatou que a diretora afirmou que iria suspender a criança responsável pelo ato e sugeriu que a mãe considerasse trocar a criança venezuelana de escola caso as coisas não melhorassem. No entanto, a criança relatou que essa ação por parte da diretora resultou em mais ódio e exclusão em relação a ela no contexto da sala de aula. Com base em seu relato, a mãe venezuelana estava ponderando a possibilidade de transferir sua filha para outra escola.

Afirmam Assumssão e Aguiar (2019) apud ElHajji (2017) que o Brasil é caracterizado por atitudes xenófobas, e, nesse contexto, é importante considerar que as práticas cotidianas em relação aos grupos de imigrantes estão permeadas por preconceitos, discriminação, exclusão e fundamentadas na xenofobia. Conseqüentemente, crianças e adolescentes são vítimas desses processos presentes nos espaços sociais, incluindo a escola, onde passam a maior parte do tempo em seu cotidiano. Infelizmente, nessas esferas, em vez de promover a inclusão, muitas vezes é fortalecida a exclusão e a discriminação, por meio de comportamentos que podem ser identificados como *bullying*. Esse processo dificulta ou até mesmo impede o desenvolvimento pleno das crianças, além de comprometer sua integração completa como estudantes nos processos educacionais e didático-pedagógicos.

No que se refere aos relatos de casos de racismo trazidos pelas famílias haitianas quando ocorridos, as crianças e adolescentes comunicaram imediatamente seus pais, que prontamente se dirigiram à escola para expressar suas preocupações à coordenação da instituição. Segundo os relatos, as escolas tomaram medidas para lidar com tais situações. As famílias destacaram que, após a intervenção dos pais na escola, os incidentes não se repetiram mais. Em um dos relatos, um dos adolescentes que foi vítima de racismo mencionou que a diretora da escola proferiu uma mensagem e conduziu atividades em grupo com os alunos não apenas de sua própria sala de aula, mas também de outras turmas, com o intuito de abordar o tema.

Infelizmente, tais relatos não são surpreendentes, especialmente quando discutimos o racismo no Brasil. O Brasil, embora tenha dívidas pendentes, desempenha um papel central na implementação das normas internacionais que vinculam as migrações às questões raciais. Isso se deve ao fato de ter sido um dos países que mais recebeu pessoas escravizadas da África, e

por ter sido a última nação do mundo a abolir a escravidão. É importante ressaltar que uma das características essenciais do Brasil é a miscigenação de sua população, e por um longo período, negou-se a existência do preconceito racial, difundindo ideias de uma suposta democracia racial. (NOCETTI, 2022).

Silva, Silveira e Muller (2018) trazem em seu trabalho "Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis" um pequeno panorama sobre as singularidades da recente imigração africana na região da grande Florianópolis, afirmam que, os relatos de racismo e injúria racial são abundantes entre os imigrantes e refugiados negros que chegam a Florianópolis. Nessa perspectiva, aqueles que são tanto negros quanto imigrantes se encontram em uma posição desfavorável e estão sujeitos a diversas formas de discriminação e exclusão, incluindo a xenofobia e o racismo.

O racismo, como uma prática comportamental que desumaniza o outro, tem suas raízes na ideia universalizante de superioridade racial, construída ao longo de processos de dominação política, econômica, cultural e social, enraizados no colonialismo e ainda presentes "por meio da colonialidade do ser, do saber e do poder" (SILVA, SILVEIRA, MULLER, 2018, p. 289). A criação de espaços seguros e inclusivos nas escolas é essencial para combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades educacionais.

Além das dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes imigrantes, também foram identificadas barreiras na comunicação e inclusão dos pais e das famílias com as escolas. Segundo relatos da pesquisa, as diferenças culturais e as barreiras linguísticas dificultaram a participação efetiva dos pais na vida escolar de seus filhos. A falta de recursos de tradução e interpretação limitou a comunicação entre pais e professores, dificultando o envolvimento dos pais nas decisões educacionais e o acompanhamento do progresso acadêmico de seus filhos.

Uma das mães venezuelanas participantes da pesquisa expressou a dificuldade que enfrentou em relação à comunicação com a escola, especialmente ao relatar uma situação vivenciada durante uma das reuniões entre pais e professores. Nesse evento, ela mencionou que compreendeu pouco do que foi abordado devido à sua limitação no domínio do idioma português. Ao término da reunião, ela abordou a orientadora buscando esclarecimentos sobre o conteúdo discutido, uma vez que não havia conseguido compreender devido à sua falta de familiaridade com o idioma. Infelizmente, a mãe foi recebida com uma postura impaciente por parte da profissional, que atribuiu a responsabilidade à mãe por não falar português, sugerindo que ela deveria aprender o idioma para entender as discussões das próximas

reuniões, pois os profissionais não teriam tempo para esclarecer somente a ela o que será abordado. Nas palavras de Polonia e Dessen (2007):

A família e a escola constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas. (POLONIA E DESSEN, 2007, p. 29).

A participação ativa das famílias no contexto escolar exerce uma função essencial no processo de adaptação e aprendizagem de crianças e adolescentes imigrantes, acarretando uma série de consequências benéficas para seu desenvolvimento acadêmico e bem-estar psicossocial. A colaboração entre as famílias e a escola estabelece uma sólida relação, fomentando um ambiente de apoio mútuo e sinergia. Tal dinâmica contribui para que os estudantes se sintam reconhecidos, estimulados e seguros em seu ambiente educativo, o que, por conseguinte, influencia positivamente seu engajamento e desempenho escolar.

Além disso, os pais podem compartilhar e enriquecer a comunidade escolar com sua cultura, língua e tradições, enaltecendo, assim, a diversidade cultural. Através dessa parceria, os pais podem fornecer informações relevantes acerca do contexto e das necessidades específicas de seus filhos imigrantes, possibilitando que os professores adaptem suas estratégias pedagógicas de forma mais eficiente para atender tais demandas. A participação escolar familiar promove um sentimento de pertencimento e identidade cultural nas crianças e adolescentes imigrantes. Ao observarem a participação e valorização de seus pais na escola, eles se sentem mais acolhidos e integrados, o que impacta positivamente em sua autoestima e confiança. Essa sensação de pertencimento é crucial para que os estudantes imigrantes se sintam motivados a participar ativamente das atividades escolares.

Em seu trabalho, "Educação e imigração: oficinas interculturais como dispositivos para apoiar a participação das famílias imigrantes", Costa (2016), aponta a importância e os desafios da participação das famílias imigrantes na vida escolar das crianças e adolescentes. Compartilhando a perspectiva de que a família desempenha um papel significativo no contexto da diversidade cultural, a autora afirma que existem numerosos estudos que enfatizam o papel central da família na vida escolar de crianças recém-chegadas em situação de imigração. Estudos que destacam a influência do ambiente familiar nas condições de integração das crianças imigrantes, e pontuam fatores que afetam a integração das crianças imigrantes no sistema educacional em análise, fatores como, inclusão ao idioma, a

nacionalidade de origem, os hábitos do país de origem, a família e o relacionamento das crianças com alunos e professores.

Ao examinar as expectativas das famílias imigrantes em relação à educação de seus filhos, estes estudos, segundo a autora, indicaram que elas estão geralmente satisfeitas com o sistema educacional, valorizando positivamente seu funcionamento e o desenvolvimento das atividades. Essa valorização da escola foi em grande parte conferida ao papel atribuído à educação como meio de estabilidade, integração e progresso social para as famílias imigrantes. (COSTA, 2016).

Por último, ao serem indagados sobre a necessidade de implementar mecanismos para uma melhor adaptação das crianças e adolescentes nas escolas municipais, a maioria dos entrevistados afirmou que seria benéfico oferecer aulas de pré-aprendizagem e familiarização com o idioma tanto para as crianças e adolescentes como para suas famílias. No entanto, uma parte dos entrevistados declarou que não seria necessário adotar nenhuma medida. No entanto, observou-se uma postura de subestimação por parte das famílias imigrantes participantes da pesquisa, como se o país estivesse fazendo um favor ao recebê-los e às escolas ao acolherem suas crianças e adolescentes. Essa postura é motivada por um equivocado entendimento de não pertencimento do imigrante no exercício da cidadania.

Além disso, a referida postura está associada à responsabilização atribuída às famílias em situação de vulnerabilidade social, tema amplamente debatido no âmbito do serviço social, evidenciado por meio dos relatos familiares, sobretudo nas interações com as escolas. Essa perspectiva enfatiza a responsabilidade individual das famílias por sua própria condição de vulnerabilidade, imputando-lhes a total culpa pelos problemas sociais e econômicos que enfrentam. A crítica advinda do serviço social reside no fato de que essa abordagem desconsidera os elementos estruturais e sistêmicos que contribuem para a vulnerabilidade social. Fatores como desigualdade de renda, carência de acesso a oportunidades educacionais e ocupacionais, bem como discriminação racial e de gênero, exercem um impacto significativo nas condições de vida das famílias. Diante disso, o serviço social ressalta a necessidade de transcender a responsabilização individual e adotar uma abordagem mais abrangente, que contemple o contexto social, político e econômico no qual essas famílias estão inseridas. Isso implica reconhecer a relevância das políticas públicas, da redistribuição de recursos e da promoção da justiça social como formas de enfrentar as disparidades. Em vez de culpabilizar as famílias em situação de vulnerabilidade, o serviço social busca compreender suas necessidades e demandas, oferecendo apoio e acesso a serviços capazes de

auxiliar na superação das adversidades. Essas ações podem incluir medidas de assistência, suporte psicossocial e encaminhamento para programas sociais, visando promover a autonomia e o bem-estar dessas famílias.

Ilhá (2017) apud Lafer, declara que a busca pela cidadania por parte dos imigrantes contemporâneos ao chegarem ao seu destino está relacionada à reconstrução de sua identidade em um novo espaço. Esse processo, embora seja naturalmente desejado, nem sempre ocorre de forma espontânea. É nesse contexto que surgem os conflitos, que levam países a discussões intermináveis no âmbito das relações internacionais. Geralmente, a cidadania é compreendida como o direito de possuir direitos, e sem ela, a construção da igualdade no espaço público é dificultada. Conforme a autora, torna-se necessário analisar os direitos concedidos ou negados aos imigrantes contemporâneos. É crucial enfatizar que, quando privado de seus direitos políticos, o ser humano perde suas qualidades essenciais, o que implica na perda da possibilidade de ser tratado pelos outros como um indivíduo semelhante em um mundo compartilhado. Nesse contexto, os imigrantes se tornam, na prática, seres humanos social e politicamente desconsiderados, uma vez que são privados da cidadania juridicamente e, conseqüentemente, não possuem um lugar no mundo. (IHÁ, 2017).

Esses resultados destacam a importância de políticas e práticas educacionais inclusivas para enfrentar os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes imigrantes. É fundamental promover a capacitação de professores e equipes escolares para lidar com a diversidade cultural e linguística, garantindo que todas as crianças tenham iguais acesso a uma educação de qualidade. Além disso, é necessário promover a conscientização e ações para combater a xenofobia, o racismo e outras formas de discriminação nas escolas, criando um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes imigrantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é de suma importância destacar que ao longo da construção do presente trabalho, foi possível observar que o tema da educação básica e imigração no município de Florianópolis apresenta uma lacuna significativa no que se refere à disponibilidade de material teórico bibliográfico. Essa escassez de referências dificulta a compreensão aprofundada do contexto educacional desses estudantes imigrantes e a implementação de estratégias eficazes para sua inclusão.

Ser imigrante implica estar fora de seu ambiente cultural e social de origem, e a maneira como são percebidos pode variar de acordo com a nacionalidade, podendo ser considerados ameaças ou indesejados. A convivência no novo ambiente cultural permite que o estudante imigrante se familiarize progressivamente com as normas e padrões do grupo em que está inserido. No entanto, a adoção dessas normas não garante o sucesso nas ações empreendidas, uma vez que o estudante "precisa" constantemente adaptar-se e verificar se suas soluções e comportamentos estão alinhados com as expectativas do grupo.

O desconhecimento das normas e a dificuldade de adaptação não são indicativos de deficiência de aprendizado por parte do estudante imigrante. Diferenças nos métodos de ensino e nas abordagens educacionais podem tornar certas tarefas desafiadoras para eles, mesmo que sejam consideradas simples pelos demais. Isso pode levar à projeção de uma imagem inferiorizada por parte do grupo estabelecido. Para os estudantes imigrantes, além de aprender os conteúdos escolares, é fundamental compreender como aprender, superando os desafios culturais e adaptando-se ao novo ambiente escolar. Esse processo envolve a assimilação gradual das normas, a compreensão das expectativas sociais e a busca por estratégias para se integrar plenamente na comunidade educacional.

A partir dos estudos realizados para a elaboração do presente trabalho, destacaram-se alguns aspectos principais na discussão da efetivação do direito à educação básica de crianças e adolescentes imigrantes no município de Florianópolis. Dentre estes, ressaltou-se a importância das legislações e portarias estaduais e municipais que abrangem crianças e adolescentes imigrantes. Essas medidas são fundamentais para garantir direitos e oportunidades iguais no âmbito educacional, promovendo a equidade e a igualdade de condições para todos os estudantes, independentemente de sua origem.

Destacou-se também a necessidade de mecanismos que melhorem a adaptação linguística das crianças imigrantes nas escolas de Florianópolis. O aprendizado do idioma

local desempenha um papel crucial na integração desses estudantes e na sua capacidade de participar plenamente do ambiente educacional.

Além disso, enfatizou-se a importância de proporcionar espaços que incentivem a participação das famílias na vida escolar das crianças e adolescentes imigrantes, oferecendo suporte e fortalecendo os laços entre a escola, os pais e os estudantes. A colaboração e o engajamento ativo das famílias são essenciais para o sucesso educacional e emocional desses jovens imigrantes.

É fundamental reconhecer a importância de criar estratégias de apoio às famílias em contextos de imigração, uma vez que isso é essencial para garantir a igualdade de oportunidades. Nesse sentido, é crucial convocar as famílias para uma participação ativa e contínua no processo de aprendizagem social e educacional de seus filhos. Ao envolver as famílias, os programas educacionais podem criar um ambiente acolhedor e inclusivo, no qual as necessidades específicas dos estudantes imigrantes são compreendidas e atendidas de maneira adequada.

Sendo assim, infere-se a necessidade de promover espaços para que as famílias compartilhem suas experiências, conhecimentos e culturas, enriquecendo o ambiente escolar e promovendo a valorização da diversidade. Ao estabelecer uma parceria sólida com as famílias, os programas educacionais podem trabalhar em conjunto para identificar desafios específicos enfrentados pelos estudantes imigrantes e desenvolver estratégias personalizadas para superá-los. Isso pode incluir o fornecimento de recursos de aprendizagem adicionais, suporte emocional, orientação acadêmica e auxílio na navegação do sistema educacional. Ao reconhecer a participação ativa das famílias como uma prioridade, os programas educacionais podem fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes imigrantes.

A realização de ações em grupo dentro das escolas, abordando temas como imigração, racismo e xenofobia, foi apontada como uma estratégia relevante para promover o diálogo, compreensão mútua e o respeito à diversidade. Essas iniciativas contribuem para a criação de ambientes escolares acolhedores, inclusivos e livres de preconceitos. Por fim, ressaltou-se a importância das políticas públicas voltadas à população imigrante e sua adaptação no município. É fundamental que as autoridades e instituições governamentais estejam engajadas na criação de programas e projetos que ofereçam suporte abrangente e estratégias eficazes para a integração desses indivíduos na sociedade local.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, é importante ressaltar a relevância da inserção do serviço social nas escolas como um recurso fundamental na efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes imigrantes em Florianópolis. O Serviço Social

desempenha um papel essencial na promoção do acesso igualitário à educação, atuando como mediador entre a escola, a família e a comunidade. Os assistentes sociais têm como objetivo principal garantir que os direitos e necessidades dos estudantes imigrantes sejam atendidos de forma adequada e integral. Por meio de um trabalho interdisciplinar, os profissionais de serviço social podem identificar as demandas específicas desses estudantes, como questões de adaptação cultural, barreiras linguísticas, vulnerabilidades socioeconômicas, entre outras. Eles podem fornecer suporte emocional, orientação e encaminhamento para os serviços e recursos necessários, tanto dentro quanto fora da escola.

Em suma, o Serviço Social nas escolas pode contribuir com seu olhar capacitado, promover a compreensão para os profissionais da instituição acerca das particularidades e necessidades dos estudantes imigrantes. Isso envolve o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas, materiais educacionais culturalmente relevantes e a implementação de atividades que valorizem a diversidade e estimulem o diálogo intercultural.

Portanto, a inserção do serviço social nas escolas desempenha um papel fundamental na efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes imigrantes. Esses profissionais são trabalhadores na luta pela garantia de direitos, inclusão, equidade e a plena participação dos estudantes imigrantes no contexto educacional, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação é um direito fundamental que proporciona oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e intelectual, além de capacitar os indivíduos a participarem ativamente na sociedade. Ao acessarem uma educação de qualidade, as crianças e adolescentes têm a chance de adquirir habilidades, conhecimentos e valores que são essenciais para o seu crescimento e bem-estar. Isso inclui o desenvolvimento de competências acadêmicas, habilidades de pensamento crítico, capacidade de se comunicar efetivamente, além de promover valores como respeito, tolerância e cooperação.

A educação básica também desempenha um papel importante no desenvolvimento e adaptação das famílias. O acesso à educação de qualidade pode abrir portas para oportunidades de emprego, reduzir desigualdades sociais e promover a inclusão social. O acesso à educação básica de crianças e adolescentes imigrantes desempenha um papel fundamental no exercício da cidadania, tanto para eles quanto para suas famílias.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BRASIL. Operação Acolhida – Histórico. Atualizado em 31/01/2023. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em 19 de abr. 2023.
- BRASILEIRAS. Revista da Faculdade de Direito, -, v. -, n. -, p. 146-168, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276349164_O_Direito_a_Educacao_nas_Constituicoes_Brasileiras. Acesso em: 10 maio 2023.
- COSTA, Graça dos Santos. Educação e imigração: oficinas interculturais como dispositivos para apoiar a participação das famílias imigrantes. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 12, n. 22, p. 39-61, 2016.
- CURCI, Natalia Benatti Zardo de. MIGRAÇÕES, MIGRANTES E ESCOLAS: EXPERIÊNCIAS DE DESLOCAMENTO E SUAS POSSIBILIDADES GEOGRÁFICAS. 2017. 97 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia do Centro de Ciência Humanas e da Educação, Faed, Universidades Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia* (Ribeirão Preto), [S.L.], v. 17, n. 36, p.21-32, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2007000100003>. Acesso em: 2 jun 2023.
- DEZEM, R. (2011). Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910- 1930). Disponível em: <http://usp.br/proin/download/artigo/artigo_politica_imigratoria.pdf> Acesso em: 19 abr. 2023.
- ELHAJJI, M. (2017). Notas de Aula durante a realização da disciplina Comunicação, Identidade e Representações, segundo semestre. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação (ECO) Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Duval Magalhães. Entrevista: Pessoas refugiadas no Brasil sofrem com desemprego durante a pandemia. Universidade Federal de Minas Gerais. Comunicação – Notícias Externas. Publicado em 23 de junho 2020. Atualizado em 29 de junho 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pessoas-refugiadas-no-brasil-sofrem-com-desemprego-durante-a-pandemia> . Acesso em 12 set. 2022.
- FILHO SOARES, Paulo José. A Política Imigratória Tutelada Japonesa e a ação da Bratac em Pereira Barreto (SP) 1927-1942 / Paulo José Soares Filho. Maringá : [s.n.], 2010 126 f.: il. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2010. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2924/1/000185978.pdf> Acesso em 19 de abr. 2023.
- FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a

elaboração de um protocolo de pesquisa. Belém, PA, 2009.

GOMES, Marcela Andrade. OS IMPACTOS SUBJETIVOS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS: os haitianos em Florianópolis (sc). *Psicologia & Sociedade*, [S.L.], v. 29, p. 4-10, 7 dez. 2017. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983.

IHÁ, Natália Cristina. *IMIGRANTES INTERNACIONAIS DO SÉCULO XXI: A BUSCA DA CIDADANIA NA ILHA DE SANTA CATARINA*. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia do Centro de Ciência Humanas e da Educação, Faed, Universidades Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LIMA, Joice Furtado. REGIMES TOTALITÁRIOS E A IMIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO DE IMIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL À LUZ DO DIREITO NATURAL. *Revista de Direito Fibra Lex: IS S N 2525-460X*, [s. l], v. 3, n. 4, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://fibrapara.edu.br/periodicos/index.php/fibralex/article/view/73>. Acesso em: 29 abr 2023.

LIMA, T.C.S, MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. 2007, p. 37-45.

LUSSI, Carmem; MARINUCI, Roberto. VULNERABILIDADE SOCIAL EM CONTEXTO MIGRATÓRIO. 2018. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/vulnerabilidades_dos_migrantes.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. O direito humano à educação e as migrações internacionais contemporâneas: notas para uma agenda de pesquisa. *Cadernoscenpec*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.47-64, dez., 2012.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 3-22, set. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392005000300001>. Acesso em: 12 jan. 2023

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. O paradoxo da globalização e a migração infantil: algumas reflexões. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BOTEGA, Tuíla (Org.). *Política migratória e o paradoxo da globalização*. Porto Alegre: EDIPUCRS, Brasília: CSEM, 2015. p. 151-168.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

MIOTO, B. T. *Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Limiar do Século XXI*. 85f.

Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “Questão Social” e seu enfrentamento. São Paulo, Serviço Social e Sociedade, n. 110, 2012. Disponível em:
https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_220_2doc.pdf Acesso em: 25 abr. 2023.

PARAIZO, Lucas. SC tem mais de 5,7 mil imigrantes cadastrados em sistema do governo: maioria é do Haiti: Florianópolis é a cidade que mais recebe os estrangeiros, seguida por Joinville, Itajaí e Chapecó. Florianópolis é a cidade que mais recebe os estrangeiros, seguida por Joinville, Itajaí e Chapecó. 2019. Disponível em:
<https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-57-mil-imigrantes-cadastrados-em-sistema-do-governo-maioria-e-do-haiti>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. Textos Para Discussão Ence, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-55, 2003.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&format=iso.pft&lang=i&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=PATARRA,+NEI+DE+LOPES>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PINTO SCHUCK, Joseane Mariéle. FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORANEOS: DESDOBRAMENTOS NO BRASIL. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS, v. 1, p. 209-228, 2014.

SANTOS, A., SANTOS, M., ASSIS, W., & COTINGUIBA, M. (2015). Inserção sociocultural de haitianos em Porto Velho: o ensino e aprendizado da língua portuguesa. Revista Igarapé, 1(5), 43-53.

SANTOS, JÁ. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832 Disponível em:
<http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>. Acesso em 19 de abr. 2023.

SANTOS NETO, R. J. dos. Os imigrantes senegaleses na cidade de São Paulo :direitos humanos, discriminação e legislação migratória pertinente. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, S. C. dos. Nova história de Santa Catarina. 5. ed.rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 118p.

SILVA, Karine de Souza; SILVEIRA, Henrique Martins da; MULLER, Juliana. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em florianópolis. Revista Katálysis, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 281-292, maio 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p281>. Acesso em: 2 jun 2023.
THOMÉ, Leonardo. Haitianos: os imigrantes do século 21 em Santa Catarina. 2015.
Disponível em:
<https://ndmais.com.br/noticias/haitianos-os-imigrantes-do-seculo-21-em-santa-catarina/>.
Acesso em: 30 out. 25 abr. 2023.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário para Trabalho de conclusão de curso - Crianças e adolescentes imigrantes.

Questionário para Trabalho de conclusão de curso - Crianças e adolescentes imigrantes.

Olá, meu nome é Odara Alexandra Padilha Gomes, sou graduanda do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC. Diante da necessidade de investigar o acesso de crianças e adolescentes imigrantes à educação no município de Florianópolis, estou desenvolvendo a pesquisa Crianças e adolescentes imigrantes, e o acesso à educação no município de Florianópolis.

A metodologia utilizada será coleta de dados e pesquisa de campo através do presente questionário que será realizado com as crianças ou adolescentes e seus responsáveis, visando conhecer a realidade e os principais desafios enfrentados.

Os entrevistados não terão nenhum benefício direto com a pesquisa, mas contribuirão para a produção de conhecimento científico que poderá trazer o debate da imigração no contexto brasileiro, e de discutir sobre a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes imigrantes.

O tempo estimado para o preenchimento deste questionário é de aproximadamente 5 minutos.

1. Qual o nome do responsável?

Texto de resposta curta

2. Qual o nome da criança ou adolescente?

Texto de resposta curta

3. Qual a idade da criança ou adolescente?

Texto de resposta curta

4. Qual a nacionalidade da criança ou adolescente?

Texto de resposta curta

5. Há quanto tempo a família reside no Brasil?

Texto de resposta curta

6. Há quanto tempo a família reside em Florianópolis?

Texto de resposta curta

7. A criança ou adolescente está matriculada na escola?

Texto de resposta curta



8. Enfrentaram alguma dificuldade para matricular a criança ou adolescente na escola?

Texto de resposta longa

9. A criança ou adolescente tem enfrentado alguma dificuldade em sua inserção e adaptação na escola, se sim qual?

Texto de resposta longa

10. Qual dificuldade na inserção e adaptação da criança ou adolescente na escola tem tido maior impacto em sua vida?

Texto de resposta longa

11. Como tem se dado o processo de aprendizagem da criança ou adolescente na escola?

Texto de resposta longa

⋮

12. A criança ou adolescente já sofreu alguma situação de preconceito na escola?

Texto de resposta curta

13. Se sim, como a escola e a família lideram com a situação?

Texto de resposta longa

14. Na sua opinião, existe a falta de suporte para uma boa inserção e adaptação de crianças e adolescentes imigrantes nas escolas do município de Florianópolis?

Texto de resposta longa
